



ELQ



**ÓRGÃO
DA ASSOCIAÇÃO
DOS DEFICIENTES
DAS FORÇAS ARMADAS**

Ano XVIII — N.º 206

DIRECTOR: PATULEIA MENDES

Mensário — JANEIRO 1992 — 100\$00



General Soares Carneiro

- CEMGFA -

recebe ADFA

- Em data próxima visitará, acompanhado dos Chefes dos Estados-Maiores dos três Ramos das Forças Armadas, a nova Sede

— VIDA ASSOCIATIVA —

Decorrerão em Fevereiro as Assembleias Gerais Ordinárias de Delegações para aprovação dos respectivos Relatórios e Contas

- 25JAN — reuniram os Órgãos Sociais Centrais
- 22FEV — reunião do Conselho Nacional
- 28MAR — Assembleia Geral Nacional Ordinária
- ?ABR — I Encontro Nacional de Núcleos

PARTICIPA!

A arte tem, na ADFA, espaço e expressão de solidariedade



A ti, povo mártir de

TIMOR

o nosso desejo fraterno do total encontro com a liberdade



Nota de Redação:

Devido a um lamentável erro de montagem o calendário saído na página VII do Suplemento do ELO de Dezembro passado reproduziu como Novembro e Dezembro de 1992 os meses respectivos mas de 1991, facto para que alguns dos nossos leitores, se apressaram a chamar-nos a atenção, o que agradecemos. Por isso a repetição nesta edição desse calendário, mas já rectificado, mantendo a numeração da página anterior, para que assim quem o quiser o possa colar sobre o outro ou para substituir o que colocou na parede.

Do erro, a que somos parcialmente alheios, as nossas desculpas aos leitores e, em especial, ao Centro de Reabilitação Profissional de Gaia.

Entretanto, e mesmo alargada para 16 páginas esta edição, alguns artigos/secções tiveram que adiar a sua saída para Fevereiro entre eles, e por não perderem actualidade, «Novas tencologias», de Armindo Roque e «Correspondência», com uma carta de José Monteiro Palos.

ASSINATURA

Informam-se os nossos assinantes de que o preço de assinatura anual do ELO, para 1992, é de 1000\$00 (11 números).

Sabendo que continua a ser um valor simbólico, não queremos deixar de informar que tal tem origem não só na normal inflação, como também na melhoria do papel utilizado, nos custos elevados da policromia e na frequente necessidade de maior número de páginas, acontecendo até que, tal como certamente se verificará também este ano, o anúncio de aumento do custo de papel costuma ser posterior à nossa actualização.

Acreditando poder continuar a contar com o seu interesse e atenção, salientamos que, actualmente, o pagamento da assinatura deve ser feito pessoalmente no serviço de contabilidade da Sede, ou nas Delegações, ou através de cheque ou vale de correio, emitido em nome da ADFA e dirigido a:

ADFA-ELO/Serviço de contabilidade
Palácio da Independência
Largo de S. Domingos

1194 LISBOA CODEX

Tabela de publicidade

Informa-se que a tabela de publicidade do ELO para 1992 é a seguinte:

| | |
|-----------------------------|------------|
| 1 página | 72 000\$00 |
| 1/2 página | 42 000\$00 |
| 1/4 página | 24 000\$00 |
| 1/6 página | 15 000\$00 |
| — Módulos | |
| 1 espaço (5 linhas) | 420\$00 |
| 2 espaços (10 linhas) | 720\$00 |
| 4 espaços (20 linhas) | 1200\$00 |

Nota: Todos os anúncios estão sujeitos à taxa de 17%.

Anúncio até 10 palavras, a 1 coluna, para sócios é grátis.



ADFA aos microfones...



da Rádio Sul-Sueste

No dia 11 deste mês de Janeiro, nesta emissora do Barreiro, no programa «Caminhos Novos» (13/15H), da responsabilidade da equipa formada por Alfredo Afonso, António e Joaquim Vilas-Boas (pai e filho), esteve presente, pela Direcção Central, o seu 1.º-secretário, Patuleia Mendes, que, em conversa com o primeiro, abordou ampla temática sobre a pessoa deficiente e a sociedade, o movimento associativo de e para deficientes, as actividades e objectivos da ADFA.

No dia 25, e no mesmo espaço, Patuleia Mendes, neste caso como director do ELO, tratou temas relacionados com a Comunicação Social e a problemática da reabilitação, percorreu o historial do nosso jornal e a sua função como elo de coesão entre os deficientes militares e as missões que cabem a uma publicação deste género, nas suas vertentes informativa, pedagógica e associativa.

«Caminhos Novos», cujo realizador, Alfredo Afonso, é cego, é um programa semanal difundido aos sábados, dedicado à temática da qualidade de vida, com incidência prioritária na população deficiente. Ocorrida a sua 12.ª emissão, ELO saúda a Rádio Sul-Sueste, e este seu espaço, pela coragem de propor à sociedade problemas tão afastados, de modo geral, dos órgãos de Comunicação Social.

da «Arremesso Rádio»

No passado dia 19, das 24.00 às 4 da madrugada, respondendo a um convite feito à Direcção Central, pelo responsável do programa semanal «Margens da Noite», desta estação da Baixa da Banhei-



ra, mais uma vez Patuleia Mendes interveio, desta feita numa emissão radiofónica com especial interesse pela elevada qualidade, e quantidade, de participação de público que, do princípio ao fim, acompanhou e ajudou a desenvolver o debate proposto — «Guerra colonial, antigos combatentes militares e ADFA».

Na realidade, num programa superiormente conduzido por Fernando Vilanova, foi mantido diálogo vivo com ouvintes, durante largos minutos, salientando-se a conversa havida entre o realizador, ex-combatente em Moçambique, o representante da nossa Associação, ex-combatente em Angola e um editor livreiro (Luís de Freitas), ex-combatente na Guiné, havendo outras intervenções de diferente, mas não menor interesse, como as, por exemplo, de uma jornalista e de uma poetisa.

Como nota curiosa, o facto do assistente técnico de produção, Pedro Sagum, ser filho de um nosso associado.



Centro de lazer em Silves

No passado dia 16 deste mês, voltaram a deslocar-se a Silves os Presidente e 2.º-Secretário da Direcção Central para, acompanhados pelo Presidente da Direcção da Delegação de Faro, entregarem ao Presidente da respectiva Câmara Municipal um

«Projecto de intenções» referente à ocupação do terreno que por aquela autarquia foi posto à disposição da ADFA, conforme nossa notícia em «Delegações», no ELO-DEZ91, para a edificação de um centro de repouso e lazer.

Faculdade de Motricidade Humana

Integrando o plano de licenciatura em Educação Especial e Reabilitação a disciplina de Introdução às Populações Especiais, cerca de 30 alunos da Faculdade de Motricidade Humana, da Universidade Técnica de Lisboa, estiveram na Sede da

mação com diversas instituições vocacionadas para a problemática das pessoas com deficiência, tendo-lhes sido proporcionados encontros de trabalho com vários responsáveis associativos, para além de visita às instalações e serviços.



ADFA, divididos em dois grupos, nos dias 20 e 27 do corrente mês, com vista a uma primeira aproximação

Logo que elaborado, e recebido, o respectivo relatório de curso, ELO voltará a este assunto.

Artistas deficientes//CEE

A. R.

Nos Paços do Concelho da Câmara Municipal de Lisboa, o vereador do pelouro da cultura, João Soares, deu uma recepção no dia 23 de Janeiro pelas 18.00 horas, onde foi inaugurada uma exposição de obras de arte criadas por artistas deficientes da Comunidade Europeia, patrocinada pela IBM.

O «Projecto Doze» foi organizado pela Associação belga CREAHM, patrocinada pela IBM em colaboração com o pelouro da cultura da CML e a Comissão das Comunidades Europeias, EUCREA.

A nossa associação fez-se representar nesta cerimónia pelo Presidente da Direcção, José Arruda e por Armindo Roque, que tiveram oportunidade de confraternizar com entidades diversas, nomeadamente com o vereador do pelouro da cultura, João Soares, esposa e a

Chefe de Divisão dos Equipamentos Culturais, Elizabete de Brito.

José Arruda convidou informalmente João Soares para visitar a nova sede da AFDA que se pretende seja um espaço cultural aberto às mais variadas iniciativas da «muito nobre e leal cidade de Lisboa».

A exposição, que foi iniciada em 1991, percorrerá 52.324 km até 1994, onde as 178 obras de arte e 192 pinturas murais feitas por 58 artistas com deficiências, das doze nacionalidades dos países membros da Comunidade Europeia.

A exposição «Projecto Doze» estará patente ao público até 15 de Fevereiro próximo das 10 às 18 horas nos dias úteis e das 10 às 14 horas aos sábados. As visitas de grupo podem ser marcadas telefonando para (01)3462951, Ext.: 213 e 221.



Propriedade, Administração e Redacção:
ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS
Palácio da Independência
L. S. Domingos — 1194 Lisboa Codex
Tel. 346 21 67/8/9 — Fax 342 83 36

DIRECTOR: Patuleia Mendes

CHEFE DE REDACÇÃO: José Manuel Sande

Mensário distribuído gratuitamente aos sócios em situação legal e vendido por assinatura a não sócios ao preço anual (11 números) de 1000\$00.

Quando a assinatura seja de fora de Portugal, os custos são acrescidos dos respectivos «portes», a saber:

Europa: 1800\$00
Fora da Europa: 2100\$00
(Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe: 1300\$00)

Os textos assinados não reproduzem, necessariamente, as posições da ADFA ou da Redacção do ELO, sendo da exclusiva responsabilidade dos seus autores

Composto, revisto e impresso: INTERPRESS Gráfica, Rua Luz Soriano, 67 — LISBOA

Tiragem deste número: 9 500 exemplares

General Soares Carneiro recebeu a Direcção Central



entendimento da Caixa Geral de Aposentações relativamente aos subsídios de risco e situação dos DFA no activo, perante a nova forma de classificação para efeitos de promoção.

No final, foi o general Soares Carneiro, que durante toda a audiência demonstrou continuar a ter a maior sensibilidade para os problemas dos deficientes militares e dos antigos combatentes, con-

vidado a visitar, acompanhado dos almirante CEMA, generais CEME e CEMFA e Vigário-Geral Castrense, as obras da futura sede, o que aceitou, para data a marcar oportunamente.

EDITORIAL



Existem, no conjunto dos doze países que compõem a Comunidade Económica Europeia, cerca de 30 milhões de cidadãos portadores de deficiência, número deveras importante para que as instituições comunitárias se tenham preocupado com a criação de projectos tendentes a permitir uma sua equilibrada e harmoniosa inserção no todo social.

Desenvolveu, em tal sentido, a Comissão Europeia o programa Helios I, abrangendo diversas áreas e vertentes da reabilitação (recordem-se os seus projectos Handynet e Distrito), tendentes ao levantamento das necessidades e ao equacionamento dos problemas, para análise e incrementação de fórmulas possíveis da sua resolução. Tais projectos, como o ELO já noticiou, tiveram aplicabilidade no nosso país, tendo algumas das nossas delegações colaborado directamente, nas suas zonas, no trabalho efectuado. Neste momento, pretende a CEE a aprovação do programa Helios II, na altura e circunstância em que Portugal a ela preside, no intuito de reforçar e ampliar as abrangências do Helios I, na definição de uma política global e coerente para todas as pessoas portadoras de deficiência residentes no espaço comunitário. Embora nos não pareça razoável obstar ao avanço do estudo para aprovação do Helios II, afigura-se-nos oportuno e sensato uma simultânea reflexão sobre o seu antecessor, ainda em execução, para evitar descontinuidade de processos e acções, atriculando-se a política, nesta matéria, com a filosofia social, no seu sentido mais vasto, na tendência de homogeneização possível de oportunidades e garantias a toda a população de deficiência, sem clivagens entre os residentes nos países do Norte, do Sul e das regiões periféricas.

Por força da presidência, encontram-se actualmente em Portugal os processos relativos a toda a problemática social comunitária que, devidamente aprofundados, poderão ser, presumivelmente, apresentados ao respectivo Conselho de Ministros ainda neste semestre. Por essa razão, entende a ADFA como fundamental que deve ser posta a circular informação para que entidades comunitárias, organismos oficiais, técnicos de reabilitação e organizações de e para pessoas deficientes, em esforço e experiências comuns, todas elas seguramente enriquecedoras, possam colaborar na obtenção de um resultado abrangente que crie, pelo seu realismo e objectividade, oportunidades reais de integração plena na vida colectiva aos cidadãos portadores de incapacidades físicas e/ou psíquicas.

A Associação dos Deficientes das Forças Armadas, seguramente, como todas as instituições congéneres deste país, está plenamente disponível para intervir na discussão de tão importante matéria, proclamando, também aqui, o seu direito a participar e estar presente, consciente de que lhe cabe, em nome dos seus associados e famílias, e como organização com obrigações a nível internacional, e não só por ser, como presidente da CPAE, e por inerência, representante da FMAC junto da respectiva Comissão Europeia, um papel responsável no contributo para tomadas de decisão relativas ao apoio às pessoas com deficiência, e que podem influenciar e atingir a sua dignidade e forma de estar, para que, de forma directa, também elas participem na definição política própria.

A Direcção Central

Formação Profissional/Sede

Entrega de diplomas

Com a presença de numerosos convidados, entre eles representantes dos Ministérios da Defesa Nacional, do Emprego e da Segurança Social e dos Negócios Estrangeiros/Secretaria de Estado da Cooperação, da Embaixada de Moçambique, do Secretariado Nacional de Reabilitação, das Câmaras Municipais de Lisboa e de Loures, do Instituto do Emprego e da Formação Profissional, da Liga dos Combatentes, de várias entidades militares e civis, designadamente associações de e para deficientes, para além de sócios e trabalhadores da ADFA, teve lugar, no passado dia 13 de Dezembro, na sede, a já tradicional entrega de diplomas a formandos que terminaram, com aproveitamento, os seus cursos de Formação Profissional, permitindo-se ELO destacar, por tal ser a primeira vez, o facto de entre eles se contarem dois elementos (*) da Associação dos Antigos Combatentes da Luta de Libertação Nacional, de Moçambique, que estiveram em Portugal no âmbito do protocolo de cooperação assinado entre as duas associações, já em 1 de Junho de 1990.

— Curso de Electricidade Analógica (1990): Amaro da Alegria Gordo, João Tchintangua, Licínio Manuel da Conceição Morais, Raul José Alfaface Gervásio e António José Tenente Cardoso;



— Curso de Técnico de Frio-I (1990): António Victoriano dos Santos

Neves, Carlos Manuel Gonçalves Pereira, Francisco Ramalheite Ribeiro, José Paulo Martins e José Francisco dos Santos Amado.

— Curso de Técnico de Frio-II (1990): António Manuel de Oliveira Alves e Alfredo da Conceição Constantino.

— Curso de Microssoldadura (1990): Abel Pascoal da Costa Pinto, Gabriel Carlos de Pentecostes Marino, Victor Manuel Correia Borges e Jorge Manuel Macieira Soares de Sousa.

— Curso de Tecnologia TV/Vídeo (1990): Abel Pascoal da Costa Pinto, Gabriel Carlos de Pentecostes Marino e Jorge Manuel Macieira Soares de Sousa.

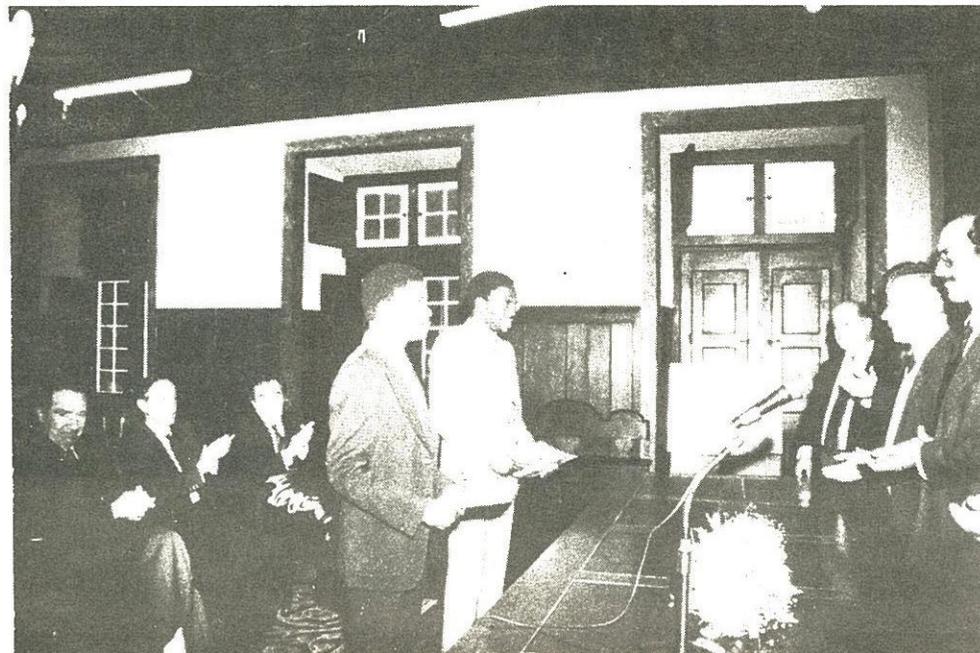
— Curso de Electrónica Digital (1990): Abel Pascoal da Costa Pinto, Victor Manuel Correia

Borges e Jorge Manuel Macieira Soares de Sousa;

— Curso de Técnico Administrativo (1991): Constantino Alves, Isabel Maria Mendes Pires, Johannes Alberto Parker, Rosa Adelaide Fernandes Machado, Maria da Anunciação Duarte da Cruz Carvalho e Bruno Marques.

— Curso de Microssoldadura (1991): Amaro da Alegria Gordo, António Serra Antunes, João Tchintangua, Raul José Alfaface, Gervásio, João Lopes de Almeida, Licínio Manuel da Conceição Morais e António José Tenente Cardoso.

— Curso de Quadros Técnicos Associativos (1991): Emílio Navai Zuquira (*), Bartolomeu Tenece (*), João Custódio Anania e Viriato Joaquim Lopes.



— Curso de Electricidade Geral (1990): Amaro da Alegria Gordo, João Lopes de Almeida, João Tchintangua, Licínio Manuel da Conceição Morais e Raul José Alfaface Gervásio;

• DELEGAÇÕES • DELEGAÇÕES • DELEGAÇÕES

ADFA

com Timor

Não passou despercebido à Delegação de Coimbra todo o movimento de solidariedade para com o povo de Timor-Leste. Associamo-nos a várias iniciativas, organizadas pelos mais variados actores da vida social da cidade, sendo de realçar a nossa presença numa sessão solene no Hotel Tivoli, subordinada ao tema «Coimbra, cidade humanista, solidária com Timor Leste». Esta sessão foi organizada pelo Movimento Cristão para a Paz, tendo estado presente o presidente da Direcção da Delegação, que fez uma intervenção de 9 minutos.

Ainda sobre Timor, subscrevemos um documento do Movimento Democrático das Mulheres, mais tarde entregue ao governador civil do Distrito. Foi igualmente distribuído à Comunicação Social regional um comunicado da ADFA relacionado sem o massacre de Díli.

Dia Nacional do Deficiente

Com uma reunião realizada no dia 18 de Novembro, na sala do Programa HELIOS, estudaram-se as iniciativas para assinalar o dia 9 de Dezembro — «Dia Nacional do Deficiente».

O encontro englobou um almoço entre os representantes das instituições de e para deficientes, estando também presentes, entre outras individualidades, o governador civil e o presidente da Câmara Municipal de Coimbra.

No dia 7 de Dezembro realizou-se um debate: «O deficiente português e a integração europeia», no auditório do Instituto da Juventude. Nesta iniciativa a ADFA esteve representada pelo dr. José Guerra, associado emembro efectivo, por Coimbra, do Conselho Nacional da ADFA.

Vida associativa

No âmbito associativo, estivemos presentes nas comemorações do aniversário do jornal ELO em Lisboa. Em Coimbra teve lugar uma reunião com os órgãos sociais centrais, no dia 9 de Novembro, estando presentes todos os órgãos sociais da Delegação de Coimbra.

Esta Delegação participou no Curso de Quadros Técnicos Associativos, no âmbito da Formação Profissional Sede, dando o seu contributo para o melhor relacionamento entre a ADFA e o PALOP. Durante um dia demos a conhecer as realidades da Delegação, o seu funcionamento e a sua identidade numa perspectiva associativa.

No dia 9 de Dezembro

fizemos uma visita à nossa Delegação do Porto e à EXPONOR, aquando da realização dos AJUTEC/91 e da REABILITAÇÃO 90/91. Fomos ainda convidados para a sessão de abertura das comemorações do Dia Nacional do Deficiente, na Marina Grande, mas, por indisponibilidade de tempo, não pudemos estar presentes.

Artigos velocipédicos

Todos os sócios da Delegação de Coimbra que quiserem adquirir artigos velocipédicos (bicicletas, motorizadas, acessórios, etc.) poderão fazê-lo, com descontos especiais, na Velocipédica de Sangalhos, na Rua da Sota, em Coimbra, mediante a apresentação de respectivo cartão de associado.

Estágio de futuras enfermeiras

Durante uma semana estagiaram na Delegação quatro alunas — Ana Cristina, Hélia Maria, Maria da Conceição e Susana Maria — do 1.º ano da Escola Superior de Enfermagem Bissaia Barreto, com vista à elaboração de um «trabalho de grupo», do qual, tendo já sido apresentado, nos foi facultada uma cópia.

Epígrafe

Todos temos um papel a desempenhar na valorização de todos aqueles que, por qualquer razão, se viram diminuídos nas suas capacidades físicas e mentais.

Sabemos que um processo de valorização das capacidades do deficiente, passa, acima de tudo, por uma mudança de mentalidade, seja a nível institucional seja ao nível da própria população.

Existe uma ideia errada de que o indivíduo deficiente se encontra incapacitado de viver em sociedade ou, melhor, de exercer as mesmas funções que um cidadão vulgar. Todavia, não imaginamos como é fácil modificar pequenos aspectos da nossa vida, em sociedade, permitindo assim o acesso do deficiente à «vida vulgar».

Com este trabalho pretendemos fazer uma reseña histórica do papel do deficiente na sociedade e de como certos fenómenos sociais afectaram o próprio deficiente. Pretendemos mostrar, como se pode proceder à valorização do deficiente como indivíduo integrado no seu todo na sociedade, passando pela humanização do espaço urbano onde vive.

Começando com o texto acima, este «relatório» apresenta, de seguida, a ADFA através de informação, incluindo mapas e estatísticas, não só sobre as razões da sua criação, os seus objectivos e as

suas áreas de intervenção, como também sobre a sua organização, serviços, sócios. Sede e Delegações (com natural destaque para a de Coimbra), fazendo, depois, uma apreciação sobre «A enfermagem e os deficientes» e terminando pela seguinte

Conclusão

Finalmente, os deficientes da ADFA descobriram que as pessoas não deficientes estavam totalmente disponíveis para os aceitar na sociedade como membro de pleno direito. A sociedade descobriu que os deficientes eram, afinal, pessoas com os mesmos sentimentos, as mesmas afectividades, as mesmas alegrias e sofrimentos, a mesma capacidade de amar e a mesma vontade de viver.

Estará a nossa nova Escola de Enfermagem apta a receber os deficientes visitantes?

visitantes?

A acompanhar este documento encontram-se vários anexos, nomeadamente os resultados de um inquérito levado a efeito, por essa altura, junto de sócios da Associação, e do que aqui, por curiosidade, se dá conhecimento parcial:

Pergunta — A incapacidade física ou mental impediu uma vida normal?

Resposta — Sim: 60% — Não: 40%.

P — Ser sócio da ADFA ajuda?

R — Sim: 87% — Não: 13%.

P — A ADFA cumpre as suas obrigações em relação ao associado?

R — Sim: 87%; Não: 13%.

P — O Estado cumpre as suas obrigações para com os deficientes?

R — Sim: 30%; Não: 70%.



Coimbra

Realizou-se no passado dia 14 de Dezembro, num restaurante de Coimbra, um almoço convívio de Natal, proporcionando algumas horas de salutar convívio entre associados e familiares. Durante e depois da refeição foi bom verificar a boa disposição e camaradagem entre os presentes, provando-se que a ADFA, apesar de tudo, se mantém viva. Embora as marcas que a erosão dos anos vai deixando, a alegria de viver dos associados esteve bem expressa e, dias não são dias, permitimo-nos aqui realçar os grandes animadores da tarde, Deus Almeida, Zé Maria, Manuel Silva, João Sousa e Zé temido, cuja mesa foi realmente o palco de uma tarde bem passada.

Apraz-nos também registar a presença de associados em relação aos quais ultimamente a saúde tem sido madrastra. Apesar do esforço, não há dieta que faça perder a esperança de uma reaproximação que se aguarda e deseja.

Festas de Natal

Após o respasto, com o leiloeiro de serviço um tanto ou quanto confundido pelos efeitos tintos e brancos das garrafas da ribalta, distribuindo, a preços de ocasião, a rifas que viriam a premiar os mais audazes, com destaque para o Carvalho, que provou, «queijo-queijo, rifas à parte», que o referido e saboroso produto, contrariamente ao que se diz, não faz esquecer — quem sabe, sabe! Que o diga, também a pequena Raquel, verdadeira rainha da festa.

Não podemos deixar de agradecer as colaborações dos associados Viriato, Vasco e Orfão, proprietários, respectivamente, das empresas Velocipédica de Sangalhos, Foto Cinearte e Fábrica de Plásticos Lena. Também ao associado Fernando Silva agradecemos toda a amabilidade dos seus funcionários que nos receberam no Restaurante Neptuno e, obviamente, ao Fernando que pôs o estabelecimento à nossa disposição para o convívio, com o mais baixo orçamento possível.



Faro

Funchal

Embora já com atraso, por força do seu tardio envio, não queremos deixar de publicar fotos das festas de Natal das delegações de Faro e do Funchal, as quais, conforme nos é indicado, foram muito animadas e participadas.





ESCREVEM OS SÓCIOS...



Este mês a publicação de duas cartas/artigos, vindas, respectivamente, de Lisboa (esta há mais tempo) e de Coimbra, focando ambas assuntos sobre que o ELO se tem debruçado ultimamente com alguma atenção.

O meu lamento, ao caso do Timor-Leste, em poucas palavras



Condenamos a matança dos timorenses (povo maubere) cometida pela Indonésia, e anunciada com ênfase nos órgãos da Comunicação Social portuguesa e, nesta ordem de ideias, somos concordantes com a maneira de actuar do Governo e do Presidente da República a respeito do que se passa.

Todavia, ao condenar-se tal situação, ou atitude, não se pode deixar de proceder de igual modo em relação aos casos semelhantes ocorridos e que continuam a ocorrer na Jugoslávia, em Caxemira, na Palestina, em Curdistão, e etc..., alguns dos quais têm já resoluções deliberadas pela ONU.

Desta comparação ressalta que a actuação de Portugal tem dois pesos e duas medidas, senão vejamos o que disse, mais ou

menos, o arcebispo de Braga, D. Eurico: «que o Governo, os políticos e os jornalistas do após 25 de Abril não têm moral de julgar o caso de Timor-Leste porque o abandonaram há 15 anos atrás, e que agora choram lágrimas de crocodilo».

Como sócio da ADFA, temo que os órgãos directivos, democraticamente eleitos para o desempenho de funções de grande responsabilidade, não estejam a interpretar, em pleno, a isenção e autonomia políticas, objectivos consagrados nos Estatutos da Associação. Se, na verdade, estiverem a cometer o mesmo erro dos políticos, a consequência poderá resultar de forma bastante negativa para todos os DFA's.

Contudo, gostaria de alertar para o facto de o Governo português presidir à Comunidade no próximo mês (Jan.º92) e, não possuindo «factos políticos» ao nível do cargo empossado, procurar forjar, oportunisticamente, uma causa justa e universal, como base de sustentação da sua «presidência».

Deste modo, preocupo-me que a orientação do ELO, o nosso único meio informativo ao qual me identifico, se deixe embarcar na mesma onda. E, por outro lado, tendo em conta que há bem pouco tempo teve lugar um colóquio na sede, no sentido de sensibilizar os meios de Comunicação para os problemas das pessoas deficientes, se esta é uma das vias escolhidas, no que me concerne: «Não, obrigado!».

Se a memória não for curta, nunca é de mais elogiar a forma superior de informação e de acções realizadas nos períodos conturbados pós 25 de Abril, em que se soube pautar com total isenção, sem que para isso fosse necessário negar as efectivas responsabilidades, ou seja, a luta real pelas causas justas e de solidariedade internacional. Como prova cabal é que a ADFA não só é membro da FMAC, como também é representada num cargo de grande importância, na pessoa do nosso estimado Presidente da D. C., JOSÉ GASPARRUDA.

Liakatali Fakir
Sócio N.º 9425

Fundação Ouro Negro



Na última edição do ELO veio publicada uma notícia referente à presença dos presidente e 2º secretário da Direcção Central no lançamento do disco «Meninos d'Oiro» na Fundação Ouro Negro, obra cujo produto de venda se destina a obter fundos para os programas relacionados com as crianças deficientes e órfãos de guerra em Angola.

Longe de mim desprestigiar a Fundação ou criticar a Direcção Central. Não posso porém deixar de recordar outras movimentações do género que, depois do fulgor inicial, se perderam na indiferença do tempo que passa. Choram-se por momentos as vítimas da guerra e da fome; metade do planeta condena a outra metade, mas depois tudo volta à mesma. Enquanto isto, os mais fracos continuam a desaparecer, muito, muito lentamente, até à extinção.

Espero sinceramente que esta atitude da ADFA, que apoio inteiramente, tenha reflexos positivos para o desenvolvimento da solidariedade e cooperação com o povo de Angola, em geral. Que a Fundação Ouro Negro atinja os objectivos propostos e que a sua intervenção ajude a procurar as soluções reais para os problemas que afectam as crianças africanas, em especial as deficientes.

Que este movimento não fique apenas nas intenções e que, daqui a algum tempo, todos possamos dizer que valeu a pena esta acção da ADFA.

Que haja uma consciência limpa de hipocrisia em todo este tipo de manifestações, pois, se assim não for, quando mais nada houver para chorar, não existindo mais nada, talvez a memória do universo desaparecido espere eternamente um mundo novo.

José Martins Maia
Sócio n.º 244

SÓCIOS FALECIDOS

FERNANDO DIAS DA COSTA, sócio n.º 1940, natural e residente em S. Martinho, Concelho de Santo Tirso, faleceu no passado dia 19 de Julho de 1991.

Sócio com 40 por cento de desvalorização sofreu o seu acidente em Moçambique.

Deixa viúva a Sra. Dona Palmira Augusta Coroa da Silva e três filhos.

AMADO ABÍLIO MARQUES, sócio n.º 1096 natural de Bouro e residente em Lisboa, Concelho de Lisboa, faleceu no passado dia 10 de Novembro de 1991.

Sócio com 40 por cento de desvalorização sofreu o seu acidente nos Açores quando a viatura em que seguia teve um acidente.

Deixa viúva a Sra. Dona Maria Amélia Henriques Marques e três filhos.

RAFAEL FERREIRA LUÍS, sócio n.º 6185 natural e residente em Casal Valadares, Concelho da Lourinhã, faleceu no passado dia 14 de Novembro de 1991.

Sócio com 75 por cento de desvalorização.

Deixa viúva a Sra. Dona Maria Alzira Oliveira Santos Luís.

JOSÉ MOREIRA LUÍS, sócio n.º 10 249, natural de Santa Maria Maior e residente em Meadela, Concelho de Viana do Castelo, faleceu no passado dia 21 de Novembro de 1991.

Sócio com 30 por cento de desvalorização sofreu o seu acidente em Angola.

Viúvo, deixa um filho menor.

JOÃO ALVES FERREIRA, sócio n.º 6971, natural e residente na Mealhada, concelho da Mealhada, faleceu no passado dia 24 de Novembro de 1991.

Sócio com 40 por cento de desvalorização sofreu o seu acidente em Angola quando integrava uma coluna de reabastecimento que foi atacada.

Deixa viúva a Sra. Dona Maria Manuela J. Fernandes e dois filhos.

Aos familiares e amigos destes nossos sócios apresentamos as nossas mais sentidas condolências.

Quotas: adere ao novo sistema!

QUESTIONÁRIO ASSOCIATIVO

Pretende a ADFA, no intuito e interesse de melhoria dos seus serviços centrais e, subsequentemente, dos regionais, actualizar o seu ficheiro de sócios, com vista não só à sua informatização como a obter alguns dados de carácter social que possam vir a ser tratados numa perspectiva de estudo e apresentação de propostas concretas de trabalho e intervenção, já que há a possibilidade de colaboração temporária de dois sociólogos, o prof. dr. Óscar Soares Barata, do Inst. Sup. de Ciências Sociais e Políticas/Lx, e a Dra. Maria de Deus Saiote. Nesse sentido, propõe-se aos associados a resposta a este questionário/inquérito, solicitando-lhes um preenchimento o mais realista, verdadeiro e completo possível, e lembrando-lhes que quanto maior for o número de respondidos melhor pode ser o trabalho a desenvolver, nomeadamente quanto ao apoio aos mais desfavorecidos.

Após o recorte e preenchimento do inquérito, o mesmo deve ser enviado para: ADFA — Inquérito DASC — Palácio da Independência — Largo de S. Domingos, 1194 LISBOA CODEX, tendo em conta que os impressos serão numerados por ordem de entrada, de modo a permitir fazer-se um sorteio de 3 discos compactos (CD) «Meninos d'Oiro», edição da Fundação Ouro Negro, entre as respostas recebidas até ao dia 11 de Março próximo.

NÃO PERCAS TEMPO, PORTANTO. JUNTA O ÚTIL AO AGRADÁVEL. RECORTA, PREENCHE, ENVIA E HABILITA-TE!

Ainda uma outra coisa: lê com atenção todo o questionário antes de o começares a preencher. E, se algumas perguntas te parecerem «esquisitas» ou desnecessárias, lembra-te que elas pertencem a um todo integrado, estudado de forma a responder, de forma global, a toda uma série de questões importantes e inter-relacionadas, sendo fundamental a tua opinião/situação. De qualquer maneira, garantimos-te que todo o documento será tratado de forma confidencial, muito em especial os dados que ultrapassem o carácter meramente associativo.

Por outro lado, e isso satisfazer-nos-ia bastante, podes sempre aproveitar o envio do questionário para nos escreveres a falar de outros temas e apresentar sugestões de trabalho associativo.

(DATA ENTRADA ____/____/92 — N.º sorteio _____)

Nome _____ N.º de sócio _____

Morada actual _____

Telefone _____ Vives em: casa própria — alugada — de família (riscar o que não interessa)

Residência antes de adquirida a deficiência _____

Data de nascimento ____/____/____ Estado civil _____

Nome da mulher _____

Filhos _____ Data de nascimento ____/____/____

_____ Data de nascimento ____/____/____

_____ Data de nascimento ____/____/____

Estado civil antes de adquirida a deficiência _____ N.º de filhos na altura _____

Tipo de deficiência _____ Local e condições em que adquiriu a deficiência _____

_____ Grau de incapacidade atribuída ____%

Profissão actual _____ Categoria _____

Emprego (nome, local e ramo) _____

Profissão antes de adquirida a deficiência _____

Se nem sempre tiveste a profissão que exerces actualmente, consideras que as razões da mudança se devem a (podem ser apontadas várias, em simultâneo, inscrevendo um X no quadrado próprio): Melhoria das condições económicas — Prestígio (é-se mais bem visto) — Despedimento do emprego anterior — Ter mudado de região — Limitação imposta pela deficiência — Outras razões _____

Neste momento estás satisfeito com o teu emprego/profissão ou, se pudesses, gostarias de mudar, frequentando um curso de Formação Profissional: SIM/NÃO Qual: _____

em que ramo: _____

(SEGUE NO VERSO)

RENAULT AOS MILITARES E FUNC. DAS INST. MILITARES VENDAS DE VIATURAS RENAULT DESCONTOS ESPECIAIS

Renault Portuguesa, S.A.

Contacto
Deleg. de Vendas — Bernardes
Stand: Telef. 859 00 58 — Fax 859 16 90
Resid.: Telef. 443 19 51 (depois das 19.00 h)

Viaturas RENAULT

PREÇOS NAS CORES OPACAS
EM VIGOR A PARTIR DE 91.11.11

| MODELOS | PREÇO BASE | P. V. P. |
|-------------------------------|---------------|---------------|
| Renault Clio RL 1.1 3 p | 1 043 918\$00 | 1 431 212\$00 |
| Renault Clio RL 1.1 5 p | 1 102 138\$00 | 1 456 966\$00 |
| Renault Clio RN 1.2 3 p | 1 166 232\$00 | 1 605 277\$00 |
| Renault Clio RN 1.2 5 p | 1 225 398\$00 | 1 674 502\$00 |
| Renault Clio RT 1.2 3 p | 1 302 633\$00 | 1 764 867\$00 |
| Renault Clio RT 1.2 5 P | 1 360 426\$00 | 1 832 484\$00 |
| Renault Clio RT 1.4 3 P | 1 390 774\$00 | 2 027 205\$00 |
| Renault Clio RT 1.4 5 p | 1 449 941\$00 | 2 096 431\$00 |
| Renault Clio Baccara | 1 926 988\$00 | 2 654 576\$00 |
| Renault Clio Sport 3 p | 1 346 154\$00 | 1 975 000\$00 |
| Renault 19 GTS 5 p | 1 532 377\$00 | 2 198 146\$00 |
| Renault 19 TSE 5 p | 1 762 889\$00 | 2 467 845\$00 |
| Renault 19 TR Drive | 1 438 081\$00 | 1 961 038\$00 |
| Renault 19 GTS Dynamic (P) | 1 679 707\$00 | 2 370 522\$00 |
| Renault Chamade GTS | 1 562 675\$00 | 2 233 594\$00 |
| Renault Chamade TSE | 1 797 804\$00 | 2 508 695\$00 |
| Renault Chamade TR Drive | 1 425 098\$00 | 1 945 848\$00 |
| Renault 21 GTI Bicorpo | 1 809 875\$00 | 2 528 838\$00 |
| Renault 21 GTL Tricorpo | 1 809 875\$00 | 2 528 838\$00 |
| Renault Express Combi, 5 lug. | 1 228 544\$00 | 1 655 999\$00 |
| Renault Express Break 1.2 | 1 448 724\$00 | 1 977 000\$00 |

VIATURAS EQUIPADAS COM CAIXA AUTOMÁTICA

| | | |
|--------------------------|---------------|---------------|
| Renault Clio Baccara 3 P | 2 077 843\$00 | 2 831 076\$00 |
| Renault Clio Baccara 5 P | 2 117 843\$00 | 2 877 876\$00 |
| Renault 19 GTS | 1 683 232\$00 | 2 374 646\$00 |
| Renault 19 TSE | 1 913 744\$00 | 2 644 345\$00 |

Transferência+Transportes=
Renault 4 — 17 980\$00; Renault Clio — 17 980\$00; Renault 19 — 22 480\$00; Renault Chamade — 22 480\$00; Renault 21 — 22 480\$00; Renault Express, 22 480\$00.

NOTA: Os preços aqui apresentados não contemplam as cores metalizadas. As cores metalizadas variam entre os 19 891\$00 e os 30 817\$00.

VENDAS ESPECIAIS PARA DEFICIENTES

Atendimento aos sócios:

Sede: dias úteis, das 16 às 18 horas, ou na residência, a partir das 19 horas (Telef. 443 19 51);
Porto: primeiro sábado de cada mês;
Outras Delegações: de acordo com os pedidos.

Delegado de vendas: Sr. Bernardes



EXPERIÊNCIA VIVA

Interessado no novo Renault Clio? É compreensível.
Indeciso sobre qual a versão que mais lhe convém?
Visite-nos e faça um ensaio do Renault Clio.

...e tudo se transforma



CARRO DO ANO 1991

RENAULT
Ao Ritmo da Vida

CONCESSIONÁRIO

RENAULT PORTUGUESA, S.A. (Sucursal)

Rua Dr. José Espírito Santo, Lote 11-E (Oficina, peças) — Tel.: (01) 859 00 58
1900 LISBOA

Av. Frei Miguel Contreiras, 16-A (Oficina, peças) — Tel.: 80 84 98/88 61 14
1700 LISBOA

Av. de Roma, 25 (Stand) — Tel.: 76 50 71/2 — 1000 LISBOA

Av. Infante D. Henrique, Lote 575 (Stand) — Tel.: 31 91 30/31 91 61 — 1800 LISBOA

Se te encontras reformado, em que posto/categoria foi: _____ Ano _____

Habilitações literárias actuais _____

E antes de ir para a tropa _____ Antes da deficiência _____

Consideras que a tua deficiência te impediu de (um X no quadrado próprio): Ter uma profissão diferente —

Melhorar o teu rendimento mensal — Constituir família — Outras situações _____

Quem são actualmente os teus amigos: Antigos camaradas de armas — Amigos de infância — Outros (quais) _____

Costumas passar os tempos livres: a ver televisão — a ler — a passear — indo a espectáculos

a ouvir música — a participar em grupos culturais — e/ou desportivos . Que outros interesses sociais/

/culturais/desportivos tens: _____

És dirigente de alguma organização (qual): _____

Se costumavas ler jornais, quais preferes: Diários — Semanários — Outros (quais): _____

E que revistas lês: _____

Costumas ler livros: SIM / NÃO . Se sim, que tipo de literatura preferes: _____

E onde adquires os livros: _____

Tens casa própria: SIM / NÃO . E carro: SIM / NÃO .

Consideras-te uma pessoa independente: / NÃO . Se NÃO, quem te ajuda nas tarefas diárias.

Consideras-te marginalizado socialmente: SIM / NÃO . Porquê: _____

Consideras-te ser vítima do «stress» da guerra: SIM / NÃO . Se SIM, que sintomas o caracterizam em ti: _____

Consideras satisfatório a ajuda que o Estado te proporciona: SIM / NÃO . Se negativo, que aspectos deveriam ser melhorados: _____

Sendo sócio da ADFA, que tipo de participação gostarias de ter na vida associativa: _____

Tens alguma sugestão a dar aos Órgãos Sociais, centrais e regionais _____

E ao ELO: _____

A propósito, já alguma vez escreveste para o teu jornal: SIM / NÃO . Se SIM, lembras-te quando e qual o tema tratado: _____

E se NÃO, porquê: _____

Conheces algum deficiente militar que não seja sócio da ADFA: SIM / NÃO . Se afirmativo, sabes porque não o é: _____

E já o tentaste fazer sócio: SIM / NÃO . Porquê: _____

És «macanudo» (radioamador): SIM / NÃO . Se sim, qual a tua estação: _____

Conheces outros sócios da ADFA que também o sejam (quais): _____

_____ Achas de interesse a instalação de uma estação na futura

Sede: SIM / NÃO . Porquê: _____ E a criação de uma

«rede» nacional entre deficientes militares (porquê): _____

Data _____ / _____ / 92

Assinatura _____

NOTA: Embora apenas indicado nos primeiros casos, todas as perguntas SIM/NÃO devem ser respondidas com a colocação de um X no quadrado próprio.

INFORMAÇÃO AOS SÓCIOS



IRS

— rectificação

No ELO de Dezembro passado, neste mesmo espaço e no último parágrafo da informação sobre «Alterações do C/IRS para os rendimentos de 1991», quando se refere: «Para finalizar, mantêm-se em vigor as disposições próprias para deficientes previstas do Art.º 44.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, que insentam de IRS cinquenta por cento (50%) dos rendimentos de trabalho (cats. A e H) e que...», deve ser considerado aqui ... (cats. A e B)...», e não como erradamente publicado então.

Do facto as nossas desculpas.

Conforme acontecido nos dois pretéritos anos, os serviços de secretaria da Sede estarão à disposição dos associados para informação e colaboração no preenchimento das declarações do Modelo 1 do IRS, durante as suas normais horas de expediente, embora nos últimos dias do período de entrega, mais precisamente entre 27 de Fevereiro e 12 de Março (ambos inclusive), aqueles serviços se venham a manter abertos das 18 às 20 horas, às 3.ª e 5.ª-feiras, isto é, em 27 FEV., 5, 10 e 12 MAR.

Por outro lado, e conforme prometido na última edição de ELO, seguidamente se transcreve a tabela prática das taxas a aplicar ao rendimento colectável daquele imposto.

(Nota: recorda-se que as taxas indicadas no caso de sujeitos passivos casados incidem sobre o rendimento obtido após a aplicação do coeficiente conjugal, sendo a colecta produzida seguidamente multiplicada por 2, antes das deduções relativas a retenções na fonte e situação familiar.)

| Rendimento Colectável Contos | Taxas (%) | Parcela a abater |
|------------------------------|-----------|------------------|
| Até 750 | 15,0 | 0\$ |
| > 750 até 1750 | 25,0 | 75 000\$ |
| > 1750 até 4500 | 35,0 | 250 000\$ |
| > 4500 | 40,0 | 475 000\$ |

IRS e ADME

— Documentos de despesa com saúde

Devendo estar disponíveis, nos termos do n.º 2 do art.º 118 do Código do IRS, a partir de 20 de Janeiro de cada ano, os documentos comprovativos das despesas de saúde pagas pelos beneficiários da ADME e respeitantes ao ano anterior, comparticipados parcialmente e que, nos termos das alíneas a) e b) do n.º 1 do art.º 55.º do mesmo Código, possam ser deduzidas ou abatidas aos respectivos rendimentos, na parte não reembolsada, a Direcção do Serviço de Finanças do EME faz saber que serão colocados, até à data acima indicada, nas UEO, sob a forma de declaração, tais documentos (medicamentos/farmácia), relativos a 1991, devendo os beneficiários não apresentados nas UEO contactar a RADM/DSF.

Assistência aos beneficiários das diversas ADM

pelos serviços dos diferentes Ramos

Tendo sido aprovado, pelos generais CEMGFA, CEMA, CEME e CEMFA, um protocolo para prestação de serviços aos militares das Forças Armadas e familiares beneficiários das respectivas ADM, nomeadamente nos aspectos de urgência e internamento, foram depois estabelecidas as necessárias normas, as quais se transcrevem para conhecimento, e melhor cumprimento, dos possíveis interessados:

I — CONSULTAS EXTERNAS

Os militares de cada Ramo das Forças Armadas e os familiares beneficiários das respectivas ADM podem recorrer às consultas externas dos Hospitais Militares de qualquer outro Ramo, mediante marcação prévia, estando naturalmente esse atendimento condicionado pelo nível do afluxo de militares e familiares beneficiários da respectiva ADM, que deverá ter prioridade sobre todos os outros.

Os militares do activo e da reserva, na efectividade de serviço, serão portadores de guia de marcha ou requisição, passadas pelo respectivo Ramo.

II — SERVIÇOS DE URGÊNCIA

Os militares do Exército e os familiares beneficiários da ADME podem recorrer ao Serviço de Urgência do Hospital da Marinha e ao Serviço de Assistência Interna Permanente no Hospital da Força Aérea, mas apenas em casos imperiosos que, pela extrema gravidade e muita curta distância, imponham o recurso prioritário a esse Hospital para os primeiros socorros.

III — INTERNAMENTOS

Os militares do Exército e os familiares beneficiários da ADME (por enquanto só os familiares femininos) podem ser

internados no Hospital da Marinha, apenas pelas consultas externas do referido Hospital, internamentos esses naturalmente condicionados pelas vagas existentes no momento, que deverão ser prioritários para os militares da Armada e familiares beneficiários respectivos da ADMA.

Os militares do Exército e os familiares beneficiários da DME podem ser internados no Hospital da Força Aérea, apenas pelas consultas externas do referido Hospital, internamentos esses naturalmente condicionados pelas vagas existentes no momento, que deverão ser prioritários para os militares da Força Aérea e familiares beneficiários da ADMFA.

IV — SERVIÇOS COMPLEMENTARES DE DIAGNÓSTICO E TERAPÉUTICA

Os militares de cada Ramo das Forças Armadas e os familiares beneficiários das respectivas ADM, salvo casos especiais devidamente reconhecidos, só podem recorrer aos serviços complementares de diagnóstico e terapêutica dos Hospitais Militares de qualquer Ramo quando internados nesse Hospital.

Todavia, quando o Hospital do respectivo Ramo não possua, nos seus serviços complementares de diagnóstico e terapêutica, a valência requerida, por sua vez existente num Hospital de qualquer outro Ramo, poderá recorrer a esta valência, mesmo em regime ambulatorio, mediante requisição médica adequada e com marcação prévia.

Os militares do activo e da reserva, na efectividade de serviço, serão portadores de guia de marcha ou requisição, passadas pelo respectivo Ramo.

V — PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR OUTROS ÓRGÃOS

Os militares de cada Ramo das Forças Armadas e os familiares das respectivas ADM podem ainda recorrer aos serviços prestados por outros órgãos militares de assistência na doença, prestadores de cuidados médicos, já existentes ou a criar, estando este atendimento, naturalmente, condicionado pela disponibilidade existente em cada momento naqueles órgãos.

SSFA — Calendário de actividades sociais, férias e repouso, para 1992

Também, para informação aos interessados, se indicam as datas de inscrição nas diversas actividades sociais dos SSFA, chamando-se a atenção dos beneficiários para o rigoroso cumprimento dos prazos marcados:

— Centro de Recuperação de Porto Santo

23 turnos de 2 semanas, decorrendo o primeiro a 10/24JAN (A*), o segundo de 24JAN a 7FEV (B*) e assim continuando (3.º — 7/21FEV/A; 4.º — 21FEV/6MAR/B; 5.º — 6/20MAR/A; 6.º — 20MAR/3ABR/B; 7.º — 3/17ABR/A; 8.º — 17ABR/1MAI/B; 9.º — 1/15MAI/A; 10.º — 15/29MAI/B; 11.º — 29MAI/12JUN/A; 12.º — 12/26JUN/B; 13.º — 26JUN/10JUL/A; 14.º — 10/24JUL/B; 15.º — 24JUL/7AGO/A; 16.º — 7/12AGO/B; 17.º — 21AGO/4SET/A; 18.º — 4/18SET/B; 19.º — 18SET/2OUT/A; 20.º — 2/16OUT/B; 21.º — 16/30OUT/A e 22.º — 30OUT/13NOV/B), até ao último, que decorre de 13 a 27NOV (A), devendo as inscrições serem feitas 4 meses antes do período pretendido.

Duas notas: as datas de início e fim de turno não são definitivas, dependendo da TAP; os SSFA reservam-se o direito de não efectuar turnos, desde que o quantitativo de beneficiários não o justifique.

— Colónias de férias de agregados familiares no COSFA

Turnos de 14 dias, a iniciar o primeiro em 1 de Julho (até 15JUL/A); 2.º — 16/30JUL/B; 3.º — 31JUL/14AGO/A; 4.º — 17/31AGO/B; 5.º — 1/15SET/A e 6.º — 16/30SET/C, todos com inscrição até 28 de Fevereiro.

— Colónia de férias infantil — Forte das Maias (Oeiras)

Cinco turnos (1.º — 30JUN/14JUL/D; 2.º — 16/30JUL/E; 4.º — 17/31AGO/E e 5.º — 2/16SET/F), com inscrição até 8 de Abril.

— Centro de Repouso do Lar de Veteranos Militares (Runa)

Turnos de 14 dias, o 1.º de 9/23MAR e o último (17.º) de 27NOV/11DEZ (2.º — 25MAR/8ABR; 3.º — 10/24ABR; 4.º — 27ABR/11MAI; 5.º — 13/27MAI; 6.º — 29MAI/9JUN; 7.º — 12/26JUN; 8.º — 30JUN/14JUL; 9.º — 16/30JUL; 10.º — 3/17AGO; 11.º — 19AGO/2SET; 12.º — 4/18SET; 13.º — 21SET/6OUT; 14.º — 8/22OUT; 15.º — 26OUT/9NOV; 16.º — 10/24NOV), todos eles permitindo uma sessão de banhos de tratamento nas termas dos Cucos, a 4 km de distância.

Inscrições até ao dia 15 do mês anterior ao início do turno.

— Centro de repouso para idosos e reformados da COSFA

Doze turnos de 13 dias (1.º — 5/18MAR; 2.º — 20MAR/2ABR; 3.º — 3/16ABR; 4.º — 28ABR/11MAI; 5.º — 2/15JUN; 6.º — 16/29JUN; 7.º — 1/14OUT; 8.º — 15/28OUT; 9.º — 29OUT/11NOV; 10.º — 12/25NOV; 11.º — 26NOV/9DEZ e 12.º — 10/23DEZ), com inscrições até ao dia 15 do mês anterior ao início.

- (*) Notas:
 A — Oficiais ou equiparados;
 B — Sargentos e praças ou equiparados;
 C — Misto (de A e B);
 D — Misto (rapazes e raparigas, idades entre os 6 anos completos e os 9 incompletos, reportados a 30JUN92);
 E — Raparigas (entre os 9 anos completos e os 13 incompletos, idem);
 F — Rapazes (entre os 9 anos completos e os 14 incompletos, idem).

As datas limites de inscrição apontadas referem a entrada dos boletins na 3.ª REP.

Os sócios da ADFA beneficiários dos SSFA têm, quer na Sede quer nas Delegações, mais informações à sua disposição, assim como os respectivos boletins de inscrição, os quais devem ser enviados directamente para: 3.ª REP/SSFA — Rua Pedro Nunes, 8 — 1000 LISBOA.

COMPARTICIPAÇÃO PARA A ASSISTÊNCIA NA DOENÇA, AOS MILITARES

Tendo sido adoptado o Código de Nomenclatura e Valor Relativo a Actos Médicos (CNVRAM) da Ordem dos Médicos (OM), tal obrigou a algumas alterações e ajustamentos nas «Tabelas de Participação para a Assistência na Doença aos Militares» e nas «Tabelas de Participação Codificadas», devendo os interessados, médicos, beneficiários e serviços ter em atenção, e verificar, o seguinte:

— os documentos justificativos e relativos a pedidos de comparticipação devem conter a indicação, inscrita pelos próprios médicos, da «Nomenclatura e código dos actos médicos» praticados ou prestados, de acordo com o CNVRAM/OM, sempre que se tratem de serviços especiais de medicina, cirurgia e estomatologia;

— os «código tipo» são obrigatoriamente inscritos nos documentos no acto de comparticipação.

Desbloqueamento de escalões

Reconhecida por parte da Caixa Geral de Aposentações a justeza das pretensões da ADFA, pela leitura correcta da legislação que se refere à atribuição de escalões aos militares no activo, reserva e deficientes das Forças Armadas, informa-se que aquela entidade aguarda a apresentação, por parte das Direcções de Serviço de Pessoal dos três ramos das FA, das listagens com o tempo de permanência no posto das DFA, para proceder aos respectivos pagamentos.

À hora de composição deste jornal tivemos conhecimento de que algumas daquelas listagens, nomeadamente por parte do Exército e da Força Aérea, já foram enviadas, pelo que se espera, em próximo ELO, voltar ao assunto com maior objectividade.



— MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS, DA INDÚSTRIA E ENERGIA, DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES E DO COMÉRCIO E TURISMO

• Portaria n.1133-A/91, de 31/10/91, publicada no «Diário da República», I.ª Série, n.º 251, 2.º Suplemento, Parte B, de 31 de Outubro de 1991.

— Fixa o coeficiente de actualização dos contratos de arrendamento em regime de renda livre, de renda condicionada e não habitacionais para vigorar no ano civil de 1992.

— MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

• Portaria n.º 1136/91, de 5 de Novembro, publicada no «Diário da República», I.ª Série, n.º 254, Parte B, de 5 de Novembro de 1991.

— Aprova as declarações modelo n.º 1 do I. R. S. e anexos D e benefícios fiscais para o ano de 1991.

— Estabelece o regime jurídico no trabalho no domicílio.

— MINISTÉRIO DO EMPREGO E DA SEGURANÇA SOCIAL

• Decreto-Lei n.º 490/91, de 14 de Novembro de 1991, publicado no «Diário da República», I.ª Série, n.º 262, Parte A, de 14 de Novembro de 1991.

— Estabelece o regime jurídico do enquadramento da segurança, higiene e saúde no trabalho.

— MINISTÉRIO DO EMPREGO E DA SEGURANÇA SOCIAL

• Decreto-Lei n.º 441/91, de 14 de Novembro de 1991, publicado no «Diário da República», I.ª Série, n.º 262, Parte A, de 14 de Novembro de 1991.

— Estabelece o regime jurídico do enquadramento da segurança, higiene e saúde no trabalho.

Mensagem

Foi função das jornadas/encontro entre órgãos sociais centrais e regionais a ampla troca de informação e conhecimento recíprocos no sentido da procura de um equilíbrio e uniformidade nos procedimentos e intervenções da ADFA no seu todo nacional, com objectivo da transmissão da mensagem actual da Associação à sociedade, em geral e em particular na activação do dinamismo que provoca uma assumida participação e intervenção dos sócios.

Estamos no limiar de nos apercebermos e avaliarmos a capacidade de sensibilização que os órgãos sociais foram capazes de imprimir

nas suas áreas próprias, junto de todos os que compõem a nossa casa, pois se a eles não chega o resultado do esforço e do trabalho desenvolvidos, estéril foi a energia dispendida.

As Assembleias Gerais de Delegação, barómetro primeiro do sentir e da vivência regionais, o Conselho Nacional, órgão representativo, por excelência, dos sócios de Bragança aos Açores e a Assembleia Geral Nacional, fórum máximo de debate e de ressonância democrática do nosso querer individual e colectivo, tal como o I Encontro Nacional de Núcleos, serão, sem dúvida, a prova evidente de se o espírito de dinamismo e o rejuvenescimento do tecido associativo se incrementaram ou se tais desenvolvimentos,

por apatia e inércia, se goraram, impondo-nos então uma séria reflexão sobre o presente e, ainda mais importante, sobre o futuro da nossa Associação.

A participação e empenho pessoais de cada um de nós, de harmonia com as suas atribuições, em todas as actividades associativas, designadamente nas atrás indicadas, será, assim, garantia colectiva da força e unidade da ADFA nos seus horizontes de projecção externa e de envolvimento interior daqueles que a queremos activa, porque nos congrega e defende.

A Direcção Central

BRAGANÇA

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE DELEGAÇÃO CONVOCATÓRIA

A Mesa da Assembleia Geral da Delegação de Bragança, nos termos do n.º 1 do Art.º 48.º dos Estatutos da ADFA, convoca os seus associados para a Assembleia Geral Ordinária a realizar no dia **22 de Fevereiro de 1992, pelas 10 horas**, na sua Sede, sita no B.º Fundo Fomento da Habitação n.º 20 r/c, em Bragança, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

a) Apreciação e votação do Relatório e Contas da Direcção e do Parecer do Conselho Fiscal, relativos a 1991;

b) Outras informações.

Bragança, 30 de Janeiro de 1992.

O Presidente da M.A.G.D.

António Eugénio Fernandes

FARO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE DELEGAÇÃO CONVOCATÓRIA

A Mesa da Assembleia Geral da Delegação de Faro, nos termos do n.º 1 do Art.º 48.º dos Estatutos da ADFA, convoca os seus associados para a Assembleia Geral Ordinária a realizar no dia **14 de Fevereiro de 1992, pelas 18 horas**, na sua Sede, sita na Rua de S. Pedro, n.º 30, em Faro, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

a) Apreciação e votação do Relatório e Contas da Direcção e do Parecer do Conselho Fiscal, relativos a 1991;

b) Outras informações.

Faro, 8 de Janeiro de 1992.

O Presidente da M.A.G.D.

José António Pereira dos Santos Morte

SETÚBAL

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE DELEGAÇÃO CONVOCATÓRIA

A Mesa da Assembleia Geral da Delegação de Setúbal, nos termos do n.º 1 do Art.º 48.º dos Estatutos da ADFA, convoca os seus associados para a Assembleia Geral Ordinária a realizar no dia **15 de Fevereiro de 1992, pelas 14 e 30**, na sua Sede, sita na Rua Almeida Garrett, n.º 70, em Setúbal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

a) Apreciação e votação do Relatório e Contas da Direcção e do Parecer do Conselho Fiscal, relativos a 1991;

b) Outras informações.

Setúbal, 20 de Janeiro de 1992.

O Presidente da M.A.G.D.

José da Silva Pinto Faria

COIMBRA

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE DELEGAÇÃO CONVOCATÓRIA

A Mesa da Assembleia Geral da Delegação de Coimbra, nos termos do n.º 1 do Art.º 48.º dos Estatutos da ADFA, convoca os seus associados para a Assembleia Geral Ordinária a realizar no dia **15 de Fevereiro de 1992, pelas 14 horas**, na sua Sede, sita na Av. Fernão de Magalhães n.º 429-A, 6.º F, em Coimbra, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

a) Apreciação e votação do Relatório e Contas da Direcção e do Parecer do Conselho Fiscal, relativos a 1991;

b) Outras informações.

Coimbra, 15 de Janeiro de 1992.

O Presidente da M.A.G.D.

Joaquim Alberto Padilha de Oliveira

FUNCHAL

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE DELEGAÇÃO CONVOCATÓRIA

A Mesa da Assembleia Geral da Delegação do Funchal, nos termos do n.º 1 do Art.º 48.º dos Estatutos da ADFA, convoca os seus associados para a Assembleia Geral Ordinária a realizar no dia **15 de Fevereiro de 1992, pelas 13 horas**, nas instalações da Banda Municipal do Funchal, sita à Rua 31 de Janeiro, n.º 117, Funchal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

a) Apreciação e votação do Relatório e Contas da Direcção e do Parecer do Conselho Fiscal, relativos a 1991;

b) Outras informações.

Funchal, 15 de Janeiro de 1992.

O Presidente da M.A.G.D.

João Manuel Martins

VILA NOVA DE FAMALICÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE DELEGAÇÃO CONVOCATÓRIA

A Mesa da Assembleia Geral da Delegação de V. N. Famalicão, nos termos do n.º 1 do Art.º 48.º dos Estatutos da ADFA, convoca os seus associados para a Assembleia Geral Ordinária a realizar no dia **29 de Fevereiro de 1992, pelas 14 e 30**, na sua Sede, sita na Rua Adriano Pinto Basto, n.º 96/98, r/c, em V. N. Famalicão, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

a) Apreciação e votação do Relatório e Contas da Direcção e do Parecer do Conselho Fiscal, relativos a 1991;

b) Outras informações.

V. N. Famalicão, 25 de Janeiro de 1992.

O Presidente da M.A.G.D.

Augusto Correia da Silva

ÉVORA

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE DELEGAÇÃO CONVOCATÓRIA

A Mesa da Assembleia Geral da Delegação de Évora, nos termos do n.º 1 do Art.º 48.º dos Estatutos da ADFA, convoca os seus associados para a Assembleia Geral Ordinária a realizar no dia **15 de Fevereiro de 1992, pelas 10 horas**, na sua Sede, sita na Rua das Forças Armadas, em Évora, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

a) Apreciação e votação do Relatório e Contas da Direcção e do Parecer do Conselho Fiscal, relativos a 1991;

b) Outras informações.

Évora, 20 de Janeiro de 1992.

O Presidente da M.A.G.D.

Inácio Augusto Carmelo Gracina

PORTO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE DELEGAÇÃO CONVOCATÓRIA

A Mesa da Assembleia Geral da Delegação do Porto, nos termos do n.º 1 do Art.º 48.º dos Estatutos da ADFA, convoca os seus associados para a Assembleia Geral Ordinária a realizar no dia **15 de Fevereiro de 1992, pelas 14 e 30**, na sua Sede, sita na Rua Pedro Hispano, n.º 1105, no Porto, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

a) Apreciação e votação do Relatório e Contas da Direcção e do Parecer do Conselho Fiscal, relativos a 1991;

b) Outras informações.

Porto, 15 de Janeiro de 1992.

O Presidente da M.A.G.D.

Reinaldo Ramos Soares Ferreira

UISEU

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE DELEGAÇÃO CONVOCATÓRIA

A Mesa da Assembleia Geral da Delegação de Viseu, nos termos do n.º 1 do Art.º 48.º dos Estatutos da ADFA, convoca os seus associados para a Assembleia Geral Ordinária a realizar no dia **15 de Fevereiro de 1992, pelas 14 horas**, na sua Sede, sita na Rua José Branquinho, edifício dos Bombeiros Voluntários, Ala B-4.º dt.º, em Viseu, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

a) Apreciação e votação do Relatório e Contas da Direcção e do Parecer do Conselho Fiscal, relativos a 1991;

b) Outras informações.

Viseu, 25 de Janeiro de 1992.

O Presidente da M.A.G.D.

António Pais Ferreira

Participando construímos o futuro

Do Director:

Ao sair o primeiro número de 1992 do ELO, não queria deixar de aproveitar para, num relance rápido pelo passado, aferir das virtualidades e vicissitudes, na função de formar e informar que a esta publicação cabem, não só como órgão da Associação dos Deficientes das Forças Armadas mas também como voz reconhecida na luta e defesa dos direitos da pessoa deficiente, para

além da apresentação da problemática de sectores mais desprotegidos da sociedade, muito em especial as crianças, pugnando pelos ideais da paz, da solidariedade e da amizade entre os povos.

Sentimos que, dados os meios ao dispor, se elaborou tarefa incompleta, ainda que a possível, tendo a consciência de que a mesma poderia ter sido mais enriquecida, e enriquecedora, se mais participada pelos nossos leitores.

É nosso querer, neste ano, agregar à equipa do ELO um grupo de associados que dê ao nosso jornal uma maior dinâmica e vigor, com renovados focos de interesse.

Esperando continuar a prestar o melhor serviço à nossa Casa e à problemática da reabilitação, desejo, neste início de ano, as maiores venturas para associados, assinantes e leitores.

Patuleia Mendes

Reunião de Órgãos Sociais Centrais

De harmonia com o programado no seu último encontro, em Outubro passado, reuniram-se na Sede, em 25 do corrente, os elementos dos Órgãos Sociais Centrais, para analisarem a vida associativa e as acções a implementar nos próximos meses.

Nessa perspectiva, começou por se fazer uma abordagem das reuniões de trabalho havidas entre órgãos centrais e regionais, no pretérito mês de Novembro, e às quais ELO se referiu oportunamente, tendo, por todos os presentes, sido manifestado o grande interesse que as rodeou e a necessidade da manutenção e continuidade periódica de tais jornadas, por proporcionarem importante troca de informações e conhecimento mútuos das realidades associativas locais e nacional. Das lacunas de relacionamento e bloqueio de comunicação foi tomada consciência colectiva, apontando-se formas possíveis e desejáveis para o seu melhoramento, as quais importa accionar tão rápido quanto haja possibilidade, recorrendo-se às novas tecnologias e, em especial, à informática.

Passando-se ao ponto seguinte da ordem de trabalhos, foi marcada para 28 de Março próximo a Assembleia Geral Nacional Ordinária para apreciação e votação do «Relatório de actividades» do Conselho Nacional, do «Relatório de actividades» e «Contas» da Direcção Central assim como do «Parecer» do Conselho Fiscal Central, todos referentes a 1991, e para

22 de Fevereiro os Conselhos Nacionais para aprovação do respectivo «Relatório de actividades» de 1991 e para a análise e votação do «Orçamento geral» da ADFA para 1992, respectivamente.

Relacionado com este último ponto, o Tesoureiro da DC fez a apresentação do orçamento previsto, dando informações e respostas às interessadas perguntas dos presentes tendo, de seguida, o 2.º Secretário feito explanação sobre o andamento da construção da futura Sede, satisfazendo algumas questões propostas e clarificando dúvidas apresentadas.

Recomeçados os trabalhos pela tarde, a MAGN fez o ponto da situação sobre as propostas, e seu trabalho, relacionadas com a revisão estatutária, tendo-se congratulado, tal como os restantes elementos dos órgãos centrais, pela apresentação de um novo contributo para esta tão importante e urgente tarefa associativa, por parte da Direcção Central. Foi unanimemente expressa a vontade colectiva de dar um forte impulso para que se concretize, após discussão nacional, a respectiva Assembleia Geral Nacional Extraordinária.

Finalmente, o elemento da MAGN, e da Comissão Coordenadora do Centro de Reabilitação Profissional de Gaia, Brum da Costa, elucidou os presentes sobre os trabalhos em execução no edifício principal do CRPG, que se perspectivava ver a funcionar já no próximo mês de Março.

QUOTAS

Mantem-se o afluxo de cartas/respostas autorizando o pagamento de quotas por desconto em conta bancária, mas ainda estamos longe de alcançar o objectivo previsto para tal aderência. Sabemos que faz parte do nosso espírito, ao contrário do ditado, guardar para amanhã o que não nos apetece fazer hoje, tal como acreditamos que muitos de nós tenhamos a carta na gaveta, à espera de oportunidade e disposição. Quem sabe se alguns, também, não a terão perdido já. Cremos, no entanto, que nada obsta a que possas responder

de imediato, e talvez este ELO te dê um pouco de vigor para que preenchas o respectivo impresso e o devolvas ou, então, para contactares a Sede, Delegação ou Núcleo, pedindo novo exemplar para substituir o que não sabes onde está.

Recorda-se que o valor da quotização para 1992, aprovado em Assembleia Geral de 1991, é de 400\$00/mês.

É, também, pagando quotas em tempo que mantens a ADFA viva, logo asseguras os teus direitos e os dos outros deficientes militares.

NOTA:

Acabamos de ser informados de que devido à morosidade de implementação do sistema pela entidade bancária, apenas a partir de Fevereiro se verificarão os descontos já autorizados para cobrança de quota.



**COLABORANDO
E PARTICIPANDO
ENGRANDECES A ADFA
E PERSPECTIVAS
O TEU FUTURO!**

**ASSEMBLEIA GERAL
NACIONAL ORDINÁRIA**

Embora a respectiva convocatória seja divulgada oportunamente, informa-se que a Assembleia Geral Nacional Ordinária de 1992 terá lugar, na Sede, no dia 28 de Março próximo, a partir das 24 horas, esperando-se a máxima comparência, e participação, dos associados, para que tal reunião se constitua em mais um momento alto da vida da nossa Associação.



**COLABORANDO
E PARTICIPANDO
ENGRANDECES A ADFA
E PERSPECTIVAS
O TEU FUTURO!**

CALENDÁRIO associativo

14 FEV. — Assembleia Geral Ordinária da delegação de Faro (18H00);

15 FEV. — Assembleias Gerais Ordinárias das Delegações de Évora (10.00), do Funchal (13H00), de Coimbra e de Viseu (14H00); do Porto e de Setúbal (14H30).

22 FEV — Assembleia Geral Ordinária da Delegação de Bragança (10H00) e Conselho Nacional, em Lisboa (Sede).

29 FEV — Assembleia Geral Ordinária da Delegação de Vila Nova de Famalicão (14H30).

28 MAR. — Assembleia Geral Nacional Ordinária, em Lisboa (14H00).

Nota: Ainda sem programa concreto, deverá realizar-se já em Abril próximo, em Alcobaça, o I Encontro Nacional de Núcleos, sobre o que «Jornal Associativo» dará notícias mais pormenorizadas, oportunamente.

Quotas: adere ao novo sistema!

Nós com os outros

— A viatura, naquele princípio de noite de 13 de Maio de 1974, ao descrever a curva que antecedia a entrada da ponte, «deu» de traseira, tendo parado apenas de encontro ao primeiro pilar, ficando desmaiado no seu interior o respectivo condutor, e único ocupante. Evacuado para o HMP, após passagem rápida por diversos serviços e enfermarias, aí permaneceu cerca de 8 anos, tendo sido operado à perna esquerda oito vezes, acabando por ter de ir para o Hospital da CUF/Serviço de Ortopedia, onde passou mais 2 anos, e duas operações, a fim de que a deficiência resultante dos ferimentos — fractura exposta do fémur — não fosse tão grave quanto o seria se tivesse permanecido no HMP...

Do acidente resultou para o furriel mil. de artilharia (Bart 6 521/CTIG), **Armindo Matos Roque**, então a gozar a sua licença militar em Castelo Branco, encurtamento e atrofia do membro inferior esquerdo, com incapacidade para o desempenho da sua profissão, não sendo considerada com relação com o serviço.

Sócio n.º 272 (3JUN74), desempenhou

funções no Conselho Fiscal Central (2 mandatos), sendo colaborador do ELO praticamente desde o seu aparecimento.

ELO: Como aparece na ADFA?

ARMINDO ROQUE (A. R.): Tendo ficado ferido, por coincidência, na própria véspera da fundação da Associação, fui apanhado já pelo próprio movimento associativo em plena marcha de legalização, através do contacto que os seus elementos procuravam ter no Hospital Militar com todos os que aí se encontravam internados. E, posso dizer, logo desde o início comecei a colaborar nos trabalhos, não apenas comparecendo às reuniões e assembleias, como também interferindo e discutindo, tendo sido eleito para a Comissão de Doentes do Anexo — Serviço de Sargentos e, depois, para delegado por Lisboa ao I Congresso, no qual foram elaborados os primeiros estatutos da ADFA. Mais tarde, e para além de ter pertencido a duas listas eleitas para os órgãos sociais centrais (Conselho Fiscal), fiz parte da que foi a primeira «comissão de luta» que existiu em Portugal, em 1975, a qual se chegou a substituir à pró-

pria Direcção na apresentação das reivindicações dos deficientes militares.

Em relação ao ELO, recordo que foi através do seu primeiro director, capitão Calvino, que comecei a escrever artigos para o jornal, cuja redacção funcionava então nas chaminés seiscentistas do palácio. Aliás, e como todos os outros, colaborava nas mais diversas áreas da feitura do ELO, nomeadamente na fotografia — sendo a sua revelação feita no laboratório fotográfico da ADFA —, na montagem — no velho sistema de chumbo —, na revisão, na distribuição e venda militante, apregoado e adquirido por essas ruas de Lisboa.

ELO: Uma apreciação sobre o presente e o futuro da ADFA.

A. R.: A ADFA tem vindo a perder muito do seu espírito de militância e camaradagem dos primeiros anos, devido ao facto de grande número dos seus sócios terem visto os seus problemas resolvidos, tendo ficado, dessa forma, relativamente acomodados a uma situação que não é, de forma nenhuma, aquela para cujos objectivos apontou a criação da Associação, na medida em que muitos de nós ainda não somos

abrangidos pela legislação militar, como é, nomeadamente, o meu caso, em que não sou sequer considerado deficiente com relação directa com o serviço, apesar do meu acidente ter ocorrido no pleno uso de uma licença «militar» merecida, após ano e meio de zona operacional, na Guiné, tendo inclusivamente sido aí ferido em combate, embora, felizmente, sem que daí resultasse deficiência permanente.

A minha apreciação sobre o futuro passa pela retomada do antigo espírito de camaradagem, de trabalho em equipa e de descentralização, fazendo-se um aproveitamento total, até aqui não conseguido, do enorme capital humano e imobiliário que a ADFA possui, de norte a sul do País e nas regiões autónomas. Vejo assim com muito optimismo o nascimento da nova sede, um sonho de todos os sócios desde a fundação da ADFA, que será, e já está a ser, uma alavanca galvanizadora do movimento associativo, não só nosso como dos deficientes em geral.

Em relação ao ELO, penso continuar a dar a minha colaboração, na medida em que sem ele, ou contra ele, é a própria



Associação que está em causa, dado que é um órgão imprescindível à vida associativa e à nossa função de grupo de pressão junto da sociedade e que tem desempenhado um papel insubstituível, durante estes 17 anos, na formação de mentalidades mais abertas relativamente ao «inválido» e contra a marginalização a que é remetido.

ELO: Qual a sua mensagem associativa?

A. R.: Nos momentos conturbados que se vivem neste pequeno planeta, a nossa Associação deverá ter, é minha esperança que tenha, um papel em-

penhado na defesa da Paz mundial dentro das linhas prosseguidas como membro da Federação Mundial de Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra e na sua relação dentro da União de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau.

A ADFA é, de facto, o maior movimento pacifista, ou verdadeiramente pacifista, livre de tutelas partidárias, existente em Portugal. Espero, sinceramente, que em virtude de guerras não venhamos a ter mais nenhum sócio. Considerar-me-ia um homem feliz se isso acontecesse.

— O grupo de combate saíra bastante cedo, nessa manhã do dia 23 de Maio de 1970, do quartel de Balacende (CCaç 2 600/BCaç 2 887/RI 2), com a missão não só de dar protecção à equipa técnica da Junta Autónoma de Estradas de Angola, como também de apoiar os dois graduados que iriam armadilhar a picada onde decorriam os trabalhos daquela.

Cerca das 9 horas, quando se procedia à colocação de mais um dos engenhos, composto por uma granada ligada por cordão detonante a várias cargas de trotil, o que talvez foi um excesso de confiança por parte de quem já havia, tantas vezes, procedido a tais montagens, levou a que um dos militares se descuidasse no manuseamento da granada já descavilhada, verificando-se o rebentamento total dos explosivos.

Para além da morte, por esfacelamento, do furriel Duarte, resultou também para o furriel mil. de infantaria **Cândido Manuel Patuleia Mendes**, cegueira imediata, traumatismos vários e rebentamento dos dois tímpanos. Transportado para o HM Luanda, onde esteve

até 12 de Junho seguinte, foi depois evacuado para o HMP, onde foi submetido a diversas operações, tendo seguido, um ano depois do acidente (24MAI71), para a Clínica Barraquer, em Barcelona, onde lhe foi feito transplante de córnea, o que lhe restituiria, na altura, cerca de 90% de visão ao olho direito, a qual, no entanto, por rejeição imunológica, foi progressivamente perdendo a transparência, o que lhe acabaria por atribuir 100% de incapacidade por ferimentos em combate.

Sócio n.º 519 (14JUN74), Patuleia Mendes fez parte do Conselho Fiscal Central, em dois mandatos, foi Presidente da Mesa da Assembleia Geral Nacional, num mandato, pertencendo actualmente à Direcção Central, no seu terceiro mandato consecutivo, desde Julho de 87, e acumulando, desde Março de 88, o cargo e director do ELO.

ELO: Como aparece na ADFA?

Patuleia Mendes (P. M.): Ainda no Anexo do HMP/Campolide, em contacto com outros internados na enfermaria de sargentos, logo no iní-

cio da movimentação para a criação da ADFA, comecei a frequentar o Palácio da Independência, designadamente as reuniões nocturnas onde se discutiam os primórdios da organização e o seu primeiro projecto de Estatutos, não tendo deixado de estar presente em tantos dias, e noites, de vigília e luta que levaram ao nosso reconhecimento como cidadãos de pleno direito ante a sociedade portuguesa que, nessa altura, tanto connosco comungou.

Embora comparendo a assembleias gerais, e outros encontros, devido a frequentes deslocações de revisão e acompanhamento clínico, em Barcelona, só em 1981 venho a integrar uma lista candidata aos Órgãos Sociais Centrais, curiosamente trazido pela mão de um grande amigo que conhecera naquela cidade catalã quando ali nos encontramos simultaneamente em tratamento, o Abel Fortuna.

A partir de então, só de Junho de 86 a Junho de 87, «falhei» na integração de órgãos associativos. E como se tal parecesse pouco, a Direcção Cen-

tral, desde Março de 88, tem depositado em mim a sua confiança para dirigir o nosso jornal.

ELO: Uma análise do presente e perspectivas para futuro da Associação.

P. M.: A minha forma de ver o presente da ADFA, e o seu futuro, é francamente optimista. Primeiro, porque sou optimista por nascimento; segundo, porque se não encarasse com optimismo a vida presente e a que se adivinha, da nossa Associação, não estaria a acreditar no trabalho que faço, na equipa que integro e na pujança que me tem sido transmitida por sócios, delegações e núcleos, ávidos de participar e profundamente interessados em serem agentes e colaboradores activos da mudança e enriquecimento da nossa casa. Aliás, e referindo colaboradores, não posso deixar de realçar, entre todos, e nem sempre sócios, que comigo trabalharam, e têm trabalhado, o meu amigo e antecessor, Eduardo Cascada, que tanto me ensinou destas lides jornalísticas.

Quanto ao nosso jornal, penso, quer queira-

mos quer não, ser certo que o ELO, número a número, tem produzido um labor de algum mérito no reflexo, tão exacto quanto a nossa capacidade o permite, de toda a valia de cada presente associativo, sendo, sem sombra de dúvida, nestes mais de 17 anos, um manancial e referencial histórico da nossa Associação e da luta dos deficientes militares pelo trilhar dos caminhos da dignidade.

ELO: Que mensagem associativa quer deixar?



P. M.: Auspicio com toda a reserva moral que lhe é atribuída, pelo carácter responsável e de maioridade adquirido, pela credibilidade de que se fez credora, pelo desafio que é a construção da nova sede e pela sua voz autorizada no seio da FMAC e da União, auspicio, dizia, que a ADFA se constitua, fortemente participada e acompanhada pelos associados, nos seus vectores de coesão e aglutinação, consubstanciando-se em hino à Paz e à concórdia entre os povos.

Nós com os outros

A ACAPO

(Continuação)

Após a interrupção verificada no mês de Dezembro, voltamos hoje à conversa com o presidente da ACAPO, dr. Francisco Alves. E, recordamos, a pergunta que tinha ficado em suspenso era:

ELO: Voltando à ACAPO, que projectos tem, neste momento, a Associação?

Dr. Francisco Alves (F. A.): Falar dos projectos da nossa associação implica, antes do mais, a consciência de que o problema fundamental da ACAPO é a sua consolidação como estrutura nacional descentralizada. Isto diz tudo! Diz, impôr-se a nível de opinião pública e dos serviços, no todo nacional, o que só poderá fazer-se através de trabalho, de respeito — e este virá daquele — e, de dinamismo, de capacidade de resposta e de intervenção. A descentralização, que nunca estará concluída, é um projecto a longo prazo, melhor, a curto, médio e longo prazos, já que sabemos que será sempre lenta — e todos terão que compreender isso —, andando mais ou menos rapidamente conforme as condições externas. Cito-lhe o caso, por exemplo, do empréstimo de vinte milhões de pesetas da ONCE, a organização espanhola de cegos, que pagaremos em vinte anos, sem juros, o que nos permitiu avançar para Coimbra, o que não poderíamos fazer só com os nossos recursos.

ELO: E essa Delegação é de iniciativa central ou local?

F. A.: Havendo condições locais, era uma exigência dos cegos da região que já vinha até de antes da fusão. Como sabe, a grande arma dos cegos é a cultura, procurando sempre uma aproximação onde o seu acesso está mais facilitado. Coimbra, claro, é, nesse sentido, a nossa cidade universitária com mais tradições, havendo aí um grande número de cegos a frequentar várias das suas faculdades. E do encontro, e reuniões, destes estudantes, nasceu a vontade de resolver os seus problemas específicos.

ELO: O empréstimo é só para Coimbra?

F. A.: Não, é para a descentralização em geral. Obras no Porto...

ELO: ...Madeira, Açores...

F. A.: Infelizmente não. Temos gente a trabalhar em todo o continente — Covilhã, Faro, Guarda, Águeda, Braga... —, mas para as ilhas ainda não conseguimos capacidade de ir, de fazer um trabalho sério com os cegos locais e de dar resposta às suas necessidades.

ELO: Voltamos, então a projectos mais concretos.

F. A.: Vários são os campos abrangidos por eles, nomeadamente, como forte aposta, a Formação Profissional. Já fizemos cursos de três anos, com cerca de 50 jovens, tendo conseguido

que mais de metade deles arranjassem emprego — telefonistas/recepcionistas, técnicos de informática e técnicos de Braille — indo-nos agora candidatar, com o apoio do IEPF, a formar, para além de mais telefonistas/recepcionistas, também técnicos de informática na área da gestão e estenotipistas.

No sector do desporto, fora os jogos de salão, com relevo para o xadrez, continuaremos a desenvolver actividades na natação, atletismo, futebol, ciclismo tandem, judo e ginástica, na aceitação de que os cegos também têm o direito de correr riscos, como todos os cidadãos, mas na defesa de que o importante não é a competição mas a prática no dia-a-dia, devendo-se fazer desporto controlado, evitando, ao máximo, os riscos desnecessários. Por isso que só praticamos com técnicos, treinadores e monitores.

Em termos de cultura, mais do que a trazer à Associação, como é opinião de alguns, nós achamos que o papel de ACAPO deve ser só o de criar hábitos de cultura nas pessoas, levando-se a procurá-la onde ela existe, isto é, por exemplo, ir aos teatros e aos concertos, organizar visitas guiadas a museus e monumentos, mas também a produção da própria cultura na já pensada criação de um coro e de uma orquestra, a juntar ao conjunto «Sol a sol», de música ligeira, já existente. E a par do resto, ainda a leitura, e mais do que isso, a promoção de acesso à leitura.

ELO: Neste momento, que sabemos, e em termos de produção de material, a ACAPO trabalha em Braille e em áudio...

F. A.: ... E começará em breve, esperamos, a trabalhar com disketes, havendo mesmo alguns sócios que, através do sistema de voz sintética, já têm acesso ao computador e à sua informação. Embora já tenhamos produzido alguma documentação, no nosso centro de produção, ainda não progredimos o suficiente.

ELO: Problemas mais importantes que se colocam aos cegos e à ACAPO?

F. A.: Como para tantas outras organizações congéneres, a maior questão que nos aflige é a do financiamento.

Paradoxalmente, o nosso

fundo mais importante de receita é quase que uma marca traumatizante do passado. Trata-se dos célebres sorteios, que nos causam imensos problemas quer pelo, quantas vezes, aspecto, físico-humano — vendedores, desagradável que tomam, com queixas do público, quer pela dificuldade de controlo que colocam. No entanto, como ultrapassar tal situação, encontrando uma solução mais satisfatória? É verdade que o Estado, que antigamente não atribuía subsídios às antigas associações mas celebrava com elas acordos através dos centros regionais de segurança social, nos atribuiu, em 1992, uma verba directa de vinte mil contos. Mas isso não chega, nem sequer somando a quotização dos sócios individuais e dos cooperantes, tanto mais que estes são poucos e a contribuição daqueles quase não dá para pagar ao cobrador.

ELO: Não se falou, em tempos, de uma lotaria, tal como em Espanha?

F. A.: Sim, mas isso é irrealista, penso. As condições históricas em que apareceu a lotaria espanhola — uma cruel guerra civil que produziu milhares de deficientes, entre eles inúmeros cegos —, não se repetiram, felizmente por um lado, em nenhum outro país europeu, e por isso também, em nenhum outro existe tal sistema de receita. Em Portugal, um alto responsável chegou mesmo a dizer que seria mais fácil alterar a Constituição do que atribuir uma lotaria aos cegos...

O emprego, por exemplo. É uma área primordial na nossa acção, estando ligado à Formação Profissional, pois só com bons profissionais se pode defender o emprego integrado, campo em que temos uma boa experiência, embora haja que ser bastante reforçada. Quanto ao patronato, há quem apoie e quem esteja desincentivado e dessensibilizado. Temos feito alguns contactos com entidades e associações patronais, mas ainda sem grandes resultados. O Estado, talvez não custe a crer, é um mau empregador e devia ser um exemplo...

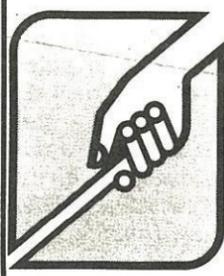
Tal como o devia ser em relação ao ensino, cabendo-lhe aqui, mais até do que ali, uma verdadeira resolução. A discussão sobre o ensino integrado ainda não

Queremos e podemos integrar-nos como elementos úteis e independentes na sociedade que vê... com os olhos.

A ACAPO quer dar formação e encontrar a ocupação certa para cada um de nós. Quer integrar-nos. Queremos dizer quem somos, o que fazemos e o muito que queremos fazer.

Queremos informar, esclarecer e motivar sócios colectivos e individuais para que nos compreendam... e nos estimulem.

QUEREMOS... PODEMOS!



ACAPO



ASSOCIAÇÃO DOS CEGOS E AMBLÍOPES DE PORTUGAL

está, e não estará tão cedo, concluído. Nós somos, inequivocamente, pela integração, mas não por aquela que seja apenas considerada como um fim a atingir a todo o custo, antes um meio que permita adquirir reais e práticos conhecimentos de autonomia para, depois, sim, integrar (n) a sociedade. Se a integração em vista é apenas referente à escola, sem objectivos concretos de conhecimento e autonomia, se as pessoas saírem de lá sem saberem Braille e sem saberem ler, então esse ensino não serve. E o Estado está a falhar porque tem faltado apoio, há enormes carências, não há livros, na formação dos professores não se inclui Braille e, lacuna mais grave, não existem técnicos de orientação e mobilidade.

Se aceitamos o ensino integrado? Até o defendemos, desde que estejam garantidas todas as condições necessárias, o que não está a acontecer. De qualquer maneira, achamos que a escola especial tem também, e ainda, um papel a desempenhar, como estrutura de reatuação e para pessoas portadoras de outras deficiências e outros problemas.

ELO: Barreiras arquitectónicas?...

F. A.: Ao contrário do que habitualmente se possa pensar, essa questão, para os

cegos, tem mais a ver com buracos que não estão resguardados, com varandas, toldos e anúncios à altura da cabeça, com carros, e traseiras de camionetas, em cima dos passeios, enfim, com faltas de civismo de toda a ordem. A sensibilização das autarquias de todo o País é uma das nossas preocupações, nem sempre, e não só neste campo, compreendida e correspondida.

ELO: A terminar, e antes das mensagens que desde já lhe são pedidas — para os cegos e amblíopes portugueses, para os sócios da ADFA e para o poder instituído e para o cidadão —, um comentário sobre a reabilitação em Portugal.

F. A.: A reabilitação está mal! Em muito curto comentário, posso dizer-lhe, por um lado, que existindo um Centro, o de Nossa Senhora dos Anjos, que funciona mal, ele tem, necessariamente que funcionar melhor, ou então zangamo-nos todos. Há que lutar para que mude e dê resposta capaz à reabilitação, por exemplo, daquele adulto que cega e

que tem que se adaptar a uma nova vida. Por outro lado, o Secretariado Nacional de Reabilitação devia ter mais força e ser uma Secretaria de Estado e não, como é, uma «direcção-geral».

Quanto às mensagens...

— que os cegos e amblíopes acreditem que a cegueira não é o pior mal que nos pode acontecer, valendo sempre a pena lutar para ultrapassar todas as dificuldades, havendo duas maneiras para o fazer: a nível individual, trabalhando o mais possível e sendo bons profissionais; a nível associativo, dando as mãos numa enorme força colectiva, pois há coisas que só todos juntos, como a alteração de mentalidade, podemos resolver.

Isto é a minha mensagem de esperança e de ânimo: que ninguém desanime pois vale sempre a pena fazer coisas, sobretudo para os outros, pensando até mais nelas do que em nós.

— Para os sócios da ADFA, a certeza de que os deficientes têm que ser todos solidários, unindo-se no que lhes é comum, mas respeitando a especificidade de cada deficiência e de cada associação. E que vale a pena, também, lutar pelos problemas próprios, sendo a unidade da ADFA uma demonstração bem eloquente disso. E a ADFA tem conseguido muito!

— Finalmente, o desejo de que os poderes públicos se sensibilizem, verdadeiramente, para os problemas dos deficientes, não obrigando a que a sua luta seja ainda mais dura, compreendendo onde existe trabalho sistemático e organizado. Também o convite/desafio à opinião pública, à sociedade em geral, para que deixe de encarar o deficiente como um animal raro, estranho, um extraterrestre, ou como um «coitadinho», como um superdotado ou como um atrasado mental, — no sentido de menoridade —, e que há sempre um ser igual a nós no outro ser, encarando-o, nem de cima nem de baixo, mas de igual para igual, pois é essa a maior ajuda que o cidadão «normal», comum, poder dar à pessoa com deficiência. É tudo.

ACAPO

Com a sua sede nacional na Rua de S. José, 86-1.º, 1100 Lisboa, tels. 342 20 01 e 342 55 42), a ACAPO tem duas categorias de sócios:

— efectivos (deficientes) cerca de 8000, que pagam uma cota de 50\$00/mês

— cooperantes (individuais ou colectivos) — que pagam um mínimo de 1000\$00/ano, sendo estes muito poucos.

Dispõe de uma revista trimestral em três formatos — impressa, sonora e braille —, sendo distribuída gratuitamente aos sócios, e também por pedido.

Na sede da ADFA (secretaria) estão disponíveis boletins de inscrição para sócio desta instituição (que devem ser acompanhados de 2 fotografias e de declaração médica, ou da ADFA, comprovando a deficiência), assim como impressos próprios autorizando o pagamento de quota anual (600\$00) por desconto em conta bancária.



A arte como expressão e meio de solidariedade

Nota introdutória

Muitas são as formas de solidariedade, quer como meio quer como expressão, sendo a arte uma das mais ricas não só pelo poder de comunicação pessoal que nela se pressupõe como também pela enorme aceitação pública em que normalmente se traduz, geradora, em paralelo, de interesse colectivo e social por causas,

quantas vezes, até aí desconhecidas ou ignoradas.

Por coincidência a ADFA, e também o ELO, é protagonista, no momento, de dois diferentes actos de solidariedade os quais são demonstração plena do papel importante que, cada vez mais, a arte vem assumindo neste campo. E é sobre eles que agora nos vamos debruçar...

A Fundação Ouro Negro

Embora pareça que, e o sentido geral do que tem sido apresentado na secção «Mas as Crianças Senhores...», da responsabilidade de JMS, a isso leve a concluir, a situação da criança, em todo o Mundo, incluindo em alguns dos países ditos mais civilizados, mais ricos ou mais avançados, tem vindo a piorar, não se esgotam, talvez antes pelo contrário, as acções individuais ou de grupo que, se não remando contra a maré apenas em águas paradas, lutam e se esforçam para auxiliar e apoiar o nosso futuro, o futuro da Humanidade: as crianças.

Noticiou o ELO de Dezembro passado, em Agenda, o lançamento de um disco, «Meninos d'Oiro», cuja venda, a preços especiais para sócios da ADFA, reverte a favor de programas sociais relacionados com as crianças deficientes e órfãs de guerra, em Angola.

Procurando saber mais sobre a entidade promotora desta iniciativa, a Fundação Ouro Negro, contactámos o homem que esteve na sua génese, Raul Indipwo, o qual, amavelmente, acedeu não

só a uma conversa com o articulista, como também almoçou na AFDA com alguns dos seus dirigentes tendo, seguidamente, feito uma visita às obras da nova Sede (sobre o que se refere, também, a secção «Nova Sede»).

ELO — O que é a Fundação Ouro Negro e quais os seus objectivos?

Raul Indipwo (R.I.) — A Fundação Ouro Negro é uma instituição de solidariedade social da comunidade portuguesa para as comunidades africanas de língua oficial portuguesa, tendo como objectivos ajudar a solucionar os problemas que afectam as crianças de Angola e de Moçambique, principalmente, deficientes e órfãs de guerra, em ordem à sua integração na sociedade. A fundação pretende ainda ajudar todos os jovens, com relevo para os vocacionados para a música, a pintura, a escultura, etc., a obter, a fazer uma carreira, a estudar, para o que pensa criar uma escola própria de arte, não só para proporcionar a esses jovens um curso como também para os poder acompanhar, depois, na sua trajectória artística.

Mas a Fundação, ligada a outras congéneres, tem ainda outros projectos, entre eles um que já foi apresentado em Angola, ao Presidente José Eduardo dos Santos, para os mutilados de guerra e que está de acordo com a vontade de muitos deles com quem falei, consultando e auscultando as suas esperanças e objectivos, a sua maneira de pensar e viver. É um projecto muito bonito e útil, que embora esteja só ainda no papel, será uma das grandes lutas da instituição.

ELO — A fundação tem já sede prevista e os locais em que irá trabalhar?

R.I. — A sede da Fundação é, portanto, na Quinta de Azenha, em Atrozela, perto de Cascais, pois foi nesse espaço físico, que me pertence, que ela nasceu, fruto de uma ideia do Milo e minha. É aí que está a ser erguida a sua sede universal, embora vá ter delegações em Luanda, em Benguela... vai ser internacional, digamos assim. E o grande passo, um duplo passo, que se segue, nesse sentido de alargamento é a construção de uma Aldeia SOS em Benguela, para 5000 crianças e, em Cascais, num terreno já pedido à respectiva Câmara, a criação de uma instituição, que se chamará Vila África, onde se irão juntar crianças de origem africana que vivem em situação periclitante aqui, em Portugal.

ELO — Mas, também se pensa em Moçambique?

R.I. — Sim, sim, claro. Só que para se estudar, no terreno, todos os projectos pretendidos, em Moçambique é muito difícil, no momento, fazê-lo. Em Angola é diferente,

porque existe um cessar-fogo, está-se a caminhar para a recuperação económica, total, do país e embora ainda não seja muito fácil a nossa acção, é muito menos difícil do que em Moçambique. Aliás, a Fundação acaba de editar, inclusivamente, um disco «Meninos d'Oiro», que tem a colaboração de grandes amigos meus, e grandes artistas — Rui Veloso, Bonga, Alexandre, Celina Pereira, Jorge Fernando, os Afra Sound Stars, Luís Filipe, Coral Leticia Juvenil, Teresa Pinto Coelho... —, revertendo o produto da sua venda para vários dos seus projectos sociais, sendo o mais urgente uma campanha maciça de vacinação contra a poliomielite (paralisia infantil), das crianças de Angola, já em fase de arranque, o que envolve um milhão de vacinas que, só elas, custam cerca de 80 mil contos.

ELO — Mas, penso, haverá apoios oficiais, e mesmo particulares, à acção da Fundação?

R.I. — Por enquanto ainda não houve nenhum! A Fundação tem vivido, até aqui, do que tenho feito, da minha música, da minha pintura, dos meus espectáculos mas, claro, que tal não é nem suficiente nem sistema. É por isso que a edição do disco é vital. Além de ser muito bonito e recreativo, é fundamental para nós, já que pensamos que a Fundação a médio prazo, terá que viver das coisas que ela própria faça e promova, justamente para não ter que depender do que lhe possam vir a dar, de subsídios, etc... A Fundação terá que viver por si própria. E nesse sentido esperamos, muito em breve, poder criar um

intercâmbio cultural muito maior entre Portugal, Angola, Moçambique..., entre Portugal e os PALOP, de forma a obter os meios que permitam, no possível, que ela se baste a si própria para levar a efeito os seus programas sociais.

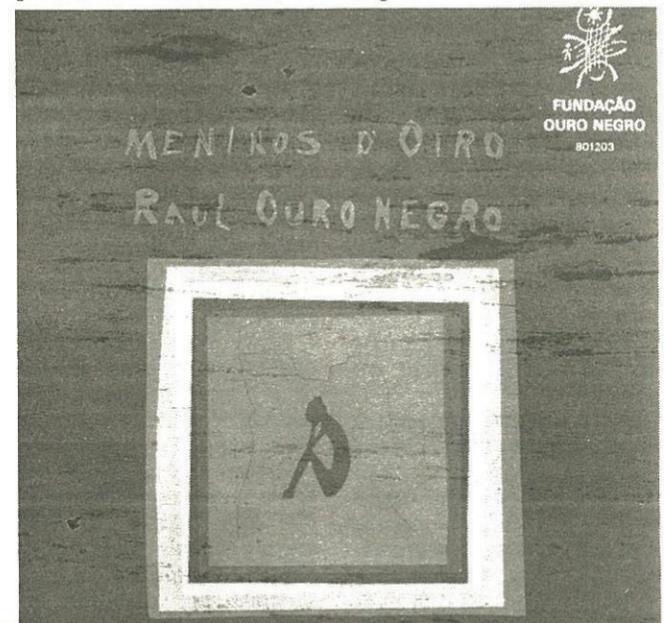
No entanto, outras acções há que, pela sua dimensão, nos ultrapassam, embora dentro dos nossos projectos estabelecidos e com a nossa colaboração. Está, neste caso, a concessão, por contactos estabelecidos através da Fundação, de uma verba bastante elevada, julgo que 40 milhões de dólares, a Angola pelo governo espanhol, para a recuperação de hospitais e outros estabelecimentos de saúde, acontecendo que depois de ultimado o protocolo respectivo, e iniciada a reconstrução, também o aldeamento SOS que se propõe para Benguela beneficiará de um apoio, apenas para construção, na ordem dos 1,5 milhões de dólares.

ELO — Como sabe, a ADFA, para além de ser membro da FMAC, faz parte, e é fundadora, da

União de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, pelo que os vossos objectivos em razão das crianças mutiladas e órfãs de guerra das ex-colónias são-lhe particularmente caros.

A terminar, e nesse sentido compartilhado de solidariedade, pedia-lhe umas breves palavras, uma mensagem...

R.I. — Olhe, eu desde que tomei contacto com esta associação, fiquei a pensar de uma forma diferente sobre muitas coisas. Através da ADFA, ponto de encontro de antigos combatentes portugueses, angolanos, cabo-verdianos, guineenses e moçambicanos, magoados que foram pela mesma guerra, estão agora, todos, unidos pelos mesmos laços de solidariedade e de amor, a apagar esse passado violento da sua História comum. E acho que esse facto é, realmente, uma pedra muito importante na construção de uma nova sociedade onde não há preconceitos de espécie, nenhuma e onde não há barreiras, nem sociais sequer.



Editora Preto no Branco

Fernando Rebelo é proprietário da Editora Preto no Branco, de Almada, e sendo, gostando de ser, português, é um profundo apreciador da forma de ser e estar dos ingleses, em cujo país se dedica especial atenção aos deficientes e às crianças, entre outros grupos, e se tem enorme orgulho pelos seus militares e, de forma particular, pelos inválidos e feridos de guerra.

Por isso, e dentro de uma linha de coerência muito pessoal, resolveu mandar passar a litografia «of» (método modernizado de um processo de gravação já medieval) um trabalho da pintora Helena Justino, já em colecção particular, com o título «Batalha II» e que faz parte de uma série de quadros sobre África e,

digamos, o ciclo do Império, oferecendo toda a edição (150 exemplares de que foram retirados 10 para reserva de arquivo), à ADFA, para comercialização, «no âmbito da participação social prevista pela minha editora...» (conforme escreve numa sua carta).

E porque a ADFA tem em marcha a sua campanha de fundos para a nova sede, esta extraordinária oferta foi imediatamente remetida, pela direcção central, para a respectiva comissão, a fim de lhe ser dado o andamento próprio (ver «Nova Sede», noutro local deste ELO). Porque várias acções paralelas à venda da litografia serão levadas a efeito, oportunamente voltaremos a tratar, com maior destaque e informação, este assunto, terminando

hoje com o «retrato», feito por Rodrigues Vaz, de...

Helena Justino: ternura e suave ironia

Tendo passado a sua infância em Moçambique até aos 10 anos e depois pelo mato de Angola, Helena Justino captou daquelas paragens a cor inimitável, assim como os arquétipos imagísticos que, tal como José de Guimarães, com quem é por vezes comparada erradamente — pois trata-se de uma pintura que apenas tem como elementos comuns o mesmo ponto de partida: a África, no que ela tem de essencial no aspecto pictural —, sabe aproveitar de um modo tão pessoal quanto equilibrado, ao tirar partido especialmente do impácto visual.

Havendo regressado de Angola depois da sua formação académica, quando a guerra preenchia o quotidiano e não era mais do que um pesadelo, Helena Justino reterá desta experiência o absurdo de tal situação, passando a reflectir na sua obra seguinte a lembrança dos horrores da guerra colonial, causa primeira dos lamentáveis acontecimentos de que passou a ser testemunha na ocasião.

Daí a presença constante, nas suas obras, de canhões — ao fim e ao cabo símbolos da guerra e ao mesmo tempo com conotações fálicas — e dos homens que eram obrigados a manejar esses canhões, objectos e sujeitos irmanados fatalmente no drama da sobrevivência, do amor e da morte.

Desmarcando através de uma suave ironia e

muita ternura as situações originadas primeiro pela guerra colonial e depois pela chamada segunda guerra de libertação de Angola, Helena Justino evoca também recordações de infância em quadros que são verdadeiras narrações, nas quais o jacaré aparece sempre como símbolo da guerrilha, especialista da emboscada, das longas esperas e sempre pronto a aproveitar as ocasiões.



NOVA SEDE

PARTICIPANDO CONSTRUÍMOS O FUTURO!

Dois factos, e duas visitas, contribuíram, em simultaneidade de sensibilidades, para considerarmos que neste período uma nova dinâmica foi garantida, em resposta, até, aos projectos da respectiva Comissão de Fundos, à actual fase de desenvolvimento e alargamento da nossa campanha.

Assim, no dia 22, após almoço, no Palácio da Independência, para falar da sua Fundação Ouro Negro com o ELO, Raul Indipwo visitou, acompanhado de dirigentes associativos e do jornalista, as obras da nova sede. E tendo ouvido, entusiasmado, todas as explicações que lhe foram dadas, mostrou-se disponível, pintor que também é, e de grande sensibilidade, para interessar um grupo de outros artistas amigos na possibilidade de preencherem, talvez em obra colectiva, parte das paredes do novo edifício. Por fim, e a



terminar a sua visita, uma última atenção: a oferta de cinco serigrafias de um dos seus quadros, para ser integrada na nossa campanha de fundos.

Por sua vez no dia 28, estiveram na sede (velha...) a pintora Helena Justino e o editor Fernando Rebelo, para conversar com os elementos da Comissão de Fundos (de que faz parte o Chefe de Redacção do ELO) sobre a oferta de 140 litogravuras «of» e um quadro daquela artista à ADFA, para comercialização, e tratar da forma de lançamento público dessa obra, procurando-se que a mesma revista um carácter de grande nível cultural.

Até essa exposição (fins de Março, presumivelmente), os sócios, e também os assinantes do ELO, podem inscrever-se para a compra da litogravura «Batalha II», ao preço de 15 000\$00 (já incluindo moldura), sendo-lhes, assim, garantida a sua reserva (e entrega a partir dessa data). Para tal, deverão enviar carta para — ADFA/Comissão de Fundos — com os seus elementos identificativos e cheque no valor indicado, sendo respeitada a ordem de entrada em função da atribuição dos exemplares, já que estes são numerados.

(Sobre este tema ver também o artigo «A Arte como Expressão e Meio de Solidariedade»).

Entretanto, prosseguem os trabalhos de envio de cartas às 1000 maiores empresas do País, já com resultados práticos, tendo iniciado esta fase de aquisição, com donativos de cem mil escudos, do conjunto de medalhas da nova sede, o Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa.

Também a Caixa Geral de Depósitos disponibilizou uma verba de mil e quinhentos contos para a realização de um vídeo sobre a ADFA e a nova Sede, o qual se destina a ser divulgado publicamente, noemadamente, espera-se, através da televisão.

E no meio disto tudo, continuam a chegar, talvez agora mais pausadamente..., os contributos associativos, sem que ainda se tenham atingido os dez mil contos. Talvez em Fevereiro, quem sabe...

Transporte (DEZ91) 9 239 738\$20

SÓCIOS

| N.º | NOME | QUANTIA |
|---------------|----------------------------|------------|
| <i>(Sede)</i> | | |
| 12 373 | Ramiro C. Borges (rectif.) | +500\$00 |
| 5 274 | José A. B. Gomes | 20 000\$00 |
| 6 015 | Inácio J. P. Bravo | 10 000\$00 |
| 10 314 | Virgílio A. Esteves | 10 000\$00 |
| 946 | Jorge M. V. Brito | 10 000\$00 |
| — | Joaquim P. Santos | 10 000\$00 |
| 8 853 | António J. A. Ramos | 10 000\$00 |
| 6 740 | Aníbal M. Gadanho | 20 000\$00 |
| 1 463 | José C. Cardoso | 20 000\$00 |
| 8 084 | Alberto A. Silva | 10 000\$00 |
| 95 | Manuel F. Couto | 10 000\$00 |
| 90 | Joaquim D. M. Pimenta | 10 000\$00 |
| 6 984 | Manuel J. D. Fernandes | 10 000\$00 |
| 11 429 | Manuel N. Mendes | 10 000\$00 |
| 8 636 | Carlos S. Tavares | 10 000\$00 |
| 1 137 | António J. A. R. Fonseca | 5 000\$00 |
| 11 726 | Óscar N. Seixas | 2 000\$00 |
| 4 678 | Joaquim J. L. Santos | 4 000\$00 |
| 1 288 | Acácio C. Nunes | 3 000\$00 |
| 8 429 | Fernando M. C. Henriques | 5 000\$00 |
| 11 184 | António C. S. Serra | 3 000\$00 |
| 10 306 | Vítor M. Santos | 1 000\$00 |
| 8 152 | Mário N. Mendes | 5 000\$00 |
| 10 142 | José L. O. Serrador | 5 000\$00 |
| 7 254 | João Lopes | 3 000\$00 |
| 8 990 | Adelino F. António | 5 000\$00 |
| 11 718 | Manuel M. Simão | 5 000\$00 |
| 1 509 | Manuel L. Pereira | 7 000\$00 |
| 11 797 | Vítor M. F. Antunes | 5 000\$00 |
| 9 540 | Albino I. C. Vivo | 2 000\$00 |
| 878 | Joaquim M. Santos | 5 000\$00 |
| 12 084 | Henrique J. S. Ferreira | 5 000\$00 |
| — | Anónimo | 525\$00 |

| | | |
|--------|-------------------------|-----------|
| 610 | Albano M. Fernandes | 5 000\$00 |
| 12 273 | José Pereira | 4 100\$00 |
| 11 280 | António M. S. Sequeira | 2 000\$00 |
| 11 594 | João B. Mesquita | 1 000\$00 |
| 12 324 | Manuel I. Patrício | 5 000\$00 |
| 4 364 | António Paulo | 5 000\$00 |
| 8 768 | Ussumane Candé | 1 000\$00 |
| 11 014 | Manuel C. Sousa | 2 300\$00 |
| 5 413 | Luís R. V. - B. Marques | 2 000\$00 |
| 4 082 | Manuel L. D. Garcia | 5 000\$00 |
| 3 389 | José P. V. Almeida | 2 200\$00 |
| 12 203 | Américo J. T. Almas | 5 000\$00 |

(Castelo Branco)

| | | |
|--------|-----------------------|-----------|
| 11 348 | António H. A. Cruz | 2 300\$00 |
| 11 542 | Abel B. F. Santos | 1 000\$00 |
| 9 251 | António A. C. Tavares | 1 300\$00 |
| 2 627 | José S. Pascoal | 4 000\$00 |

(Coimbra)

| | | |
|--------|-------------------------|------------|
| 7 962 | Afonso L. M. Sousa | 5 000\$00 |
| 6 501 | José A. S. Martins | 1 000\$00 |
| 3 557 | Américo A. Oliveira | 1 000\$00 |
| 12 395 | José R. Almeida | 1 000\$00 |
| 6 989 | Alberto S. Mendes | 3 000\$00 |
| 7 929 | José F. F. Silva | 5 000\$00 |
| 2 018 | Viriato F. Martins | 2 000\$00 |
| 6 836 | Manuel A. J. Cruz | 8 000\$00 |
| 109 | Alberto N. Alves | 5 000\$00 |
| 12 112 | Manuel A. Fajardo | 2 000\$00 |
| 3 282 | Manuel A. D. M. Caetano | 2 000\$00 |
| 12 234 | António M. Azedo | 2 000\$00 |
| 5 426 | Manuel N. Ribeiro | 5 000\$00 |
| 10 973 | António C. F. Rolo | 1 000\$00 |
| 12 046 | Vitoriano F. A. # Paulo | 5 000\$00 |
| 5 250 | Francisco S. Vieira | 2 000\$00 |
| 531 | Manuel D. Louredo | 1 000\$00 |
| 8 057 | Faustino F. Estanqueiro | 2 000\$00 |
| 12 012 | Manuel S. Pereira | 2 000\$00 |
| 926 | Celestino J. Martinho | 5 000\$00 |
| 10 038 | Manuel P. Gonçalves | 10 000\$00 |

(Faro)

| | | |
|-------|--------------------|-----------|
| 6 877 | José M. Baptista | 5 000\$00 |
| 4 622 | Joaquim A. Marques | 5 000\$00 |

(Porto)

| | | |
|--------|----------------------|------------|
| 3 383 | Mário A. Costa | 5 000\$00 |
| 12 322 | Manuel S. Pereira | 1 500\$00 |
| 9 298 | Orlando S. Antunes | 1 000\$00 |
| 12 283 | Maria da Nazaré | 5 000\$00 |
| 1 663 | Manuel A. Luís | 10 000\$00 |
| 5 454 | Camilo A. R. Miranda | 40 000\$00 |
| 2 456 | António S. Fonseca | 5 000\$00 |

(Setúbal)

| | | |
|--------|----------------------|-----------|
| 11 151 | Blandino V. M. Lopes | 5 000\$00 |
| 5 372 | Leonel J. Rosa | 1 000\$00 |
| 1 731 | José D. Fernandes | 5 000\$00 |

(V. N. Famalicão)

| | | |
|-----|------------------|------------|
| 905 | Joaquim F. Silva | 10 000\$00 |
|-----|------------------|------------|

(Viseu)

| | | |
|-------|------------------------|------------|
| 5 639 | José Augusto | 1 000\$00 |
| 5 801 | Jofre M. Martins | 10 000\$00 |
| 119 | Manuel P. Lucena | 1 000\$00 |
| 6 316 | João S. Venâncio | 3 000\$00 |
| 5 433 | Fernando A. Eusébio | 5 000\$00 |
| 1 342 | Amílcar S. C. Ferreira | 10 000\$00 |

N/SÓCIOS

| | | |
|--------|------------------|------------|
| (Sede) | Grupo de Cascais | 11 835\$00 |
|--------|------------------|------------|

A Transportar (JAN92) 9 739 398\$20

SEDE

ASSISTÊNCIA MÉDICA E PSICOSSOCIAL

| | |
|---|---|
| CLÍNICA GERAL Médico: sócio dr. Fernando Brito | Terças e sextas-feiras, às 13 horas |
| PSIQUIATRIA Médico: dr. Proença | Terças-feiras, às 12 horas. |
| PSICOLOGIA — «Stress de guerra» dr.ª Paula Frazão | Terças, Quartas e Sextas-feiras, 10/12 h. |
| ORIENTAÇÃO ESCOLAR E PROFISSIONAL dr.ª Cecília Pires e Paula Frazão | Quartas-feiras, 9/12.30-14/18 h. |
| SERVIÇO SOCIAL Técnica de Serviço Social: dr.ª Gracinda Benedito | Segundas e Quartas-feiras, 14.30/17.30 h. |

Outros Serviços

| |
|---|
| SERVIÇOS GERAIS E EXPEDIENTE: Segundas a sextas-feiras, das 09H00 às 12H30 e das 14H00 às 18H00 |
| BAR E CANTINA Segundas a sextas-feiras 10H10/10H30 (só pequenos-almoços); 12H30/18H00 |
| SECÇÃO FOTOGRÁFICA: Horário normal de expediente a cargo do sr. João Domingos (Recepção) |

- As consultas efectuam-se todas no consultório médico da Sede.
- As marcações são feitas do DASC, 1.º andar, por Luísa Braga, devendo o sócio indicar objectivamente qual a consulta que pretende, ou informar-se dos serviços prestados por cada uma. Poderá também fazer a marcação pelo telefone 346 21 67/8.
- As consultas de «stress de guerra» e as sessões de Orientação Escolar e Profissional (estas destinadas a filhos de sócios), estão sujeitas a marcação prévia, a qual deve ser feita directamente pelo telefone 32 62 47.

TIPOGRAFIA-ESCOLA

Nas suas recentemente remodeladas e modernizadas secções de:

**ENCADERNAÇÃO ● FOTOGRAFIA
IMPRESSÃO ● MONTAGEM
OFF-SET/TIPOGRAFIA**

executa os mais variados trabalhos no campo das artes gráficas, nomeadamente:

**LIVROS ● EMBALAGENS ● CARTÕES
● FACTURAS ● RECIBOS ● GUIAS DE
REMESSA ● CARTAS ● ENVELOPES**

Contactar: **Tipografia-Escola ADFA**
(sr. Mário Mendes)

**H. M. P. — Anexo Campolide
R. Artilharia Um, n.º 107
1200 LISBOA**

☎ 65 35 93

CENTRO DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DE GAIA

deseja-lhe um bom

1992

JANEIRO

| | |
|---|---------------|
| D | 5 12 19 26 |
| S | 6 13 20 27 |
| T | 7 14 21 28 |
| Q | F 8 15 22 29 |
| Q | 2 9 16 23 30 |
| S | 3 10 17 24 31 |
| S | 4 11 18 25 |

FEVEREIRO

| | |
|---|--------------|
| D | 2 9 16 23 |
| S | 3 10 17 24 |
| T | 4 11 18 25 |
| Q | 5 12 19 26 |
| Q | 6 13 20 27 |
| S | 7 14 21 28 |
| S | 1 8 15 22 29 |

MARÇO

| | |
|---|---------------|
| D | 1 8 15 22 29 |
| S | 2 9 16 23 30 |
| T | E 10 17 24 31 |
| Q | 4 11 18 25 |
| Q | 5 12 19 26 |
| S | 6 13 20 27 |
| S | 7 14 21 28 |

AVALIAÇÃO/ORIENTAÇÃO



REABILITAÇÃO FUNCIONAL

ABRIL

| | |
|---|--------------|
| D | 5 12 P 26 |
| S | 6 13 20 27 |
| T | 7 14 21 28 |
| Q | 1 8 15 22 29 |
| Q | 2 9 16 23 30 |
| S | 3 10 17 24 |
| S | 4 11 18 F |

MAIO

| | |
|---|---------------|
| D | 3 10 17 24 31 |
| S | 4 11 18 25 |
| T | 5 12 19 26 |
| Q | 6 13 20 27 |
| Q | 7 14 21 28 |
| S | F 8 15 22 29 |
| S | 2 9 16 23 30 |

JUNHO

| | |
|---|--------------|
| D | 7 14 21 28 |
| S | 1 8 15 22 29 |
| T | 2 9 16 23 30 |
| Q | 3 F 17 24 |
| Q | 4 11 F 25 |
| S | 5 12 19 26 |
| S | 6 13 20 27 |

CENTRO DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DE GAIA

uma empresa para a integração

FORMAÇÃO PROFISSIONAL



READAPTAÇÃO AO TRABALHO

CENTRO DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DE GAIA

realização pessoal, valor social

JULHO

| | |
|---|---------------|
| D | 5 12 19 26 |
| S | 6 13 20 27 |
| T | 7 14 21 28 |
| Q | 1 8 15 22 29 |
| Q | 2 9 16 23 30 |
| S | 3 10 17 24 31 |
| S | 4 11 18 25 |

AGOSTO

| | |
|---|---------------|
| D | 2 9 16 23 30 |
| S | 3 10 17 24 31 |
| T | 4 11 18 25 |
| Q | 5 12 19 26 |
| Q | 6 13 20 27 |
| S | 7 14 21 28 |
| S | 1 8 F 22 29 |

SETEMBRO

| | |
|---|--------------|
| D | 6 13 20 27 |
| S | 7 14 21 28 |
| T | 1 8 15 22 29 |
| Q | 2 9 16 23 30 |
| Q | 3 10 17 24 |
| S | 4 11 18 25 |
| S | 5 12 19 26 |

INFORMAÇÃO SOBRE AJUDAS TÉCNICAS



INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EM REABILITAÇÃO

OUTUBRO

| | |
|---|---------------|
| D | 4 11 18 25 |
| S | F 12 19 26 |
| T | 6 13 20 27 |
| Q | 7 14 21 28 |
| Q | 1 8 15 22 29 |
| S | 2 9 16 23 30 |
| S | 3 10 17 24 31 |

NOVEMBRO

| | |
|---|--------------|
| D | 1 8 15 22 29 |
| S | 2 9 16 23 30 |
| T | 3 10 17 24 |
| Q | 4 11 18 25 |
| Q | 5 12 19 26 |
| S | 6 13 20 27 |
| S | 7 14 21 28 |

DEZEMBRO

| | |
|---|---------------|
| D | 6 13 20 27 |
| S | 7 14 21 28 |
| T | F F 15 22 29 |
| Q | 2 9 16 23 30 |
| Q | 3 10 17 24 31 |
| S | 4 11 18 N |
| S | 5 12 19 26 |

CENTRO DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DE GAIA

Av. João Paulo II
Arcozelo
4405 VALADARES
Tel. (02) 762 77 86

AJUTEC/91

Devido à publicação, em Dezembro, do suplemento sobre o Centro de Reabilitação Profissional de Gaia, e à redução de páginas do restante jornal, não foi possível dar o devido destaque à I Feira Internacional de Ajudas Técnicas — Ajutec/91 —, noticiada já, no entanto, em anteriores edições do ELO, acontecimento que, sendo resultado de importante trabalho de algumas organizações de e para pessoas deficientes, talvez mesmo uma etapa decisiva na sua luta pela dignidade/igualdade e pelo respeito dos seus direitos, regressa agora ao nosso espaço, através do respectivo:

RELATÓRIO SOBRE A AJUTEC/91

- 1 — Organização
- 2 — Preparação
- 3 — Contributo do grupo de preparação da AJUTEC/91
- 4 — Realização
- 5 — Handynet
- 6 — Conclusões

1 — Organização

A Ajutec/91, I Feira Internacional de Ajudas Técnicas realizada de 6 a 10 de Dezembro 91 na Exponor, foi uma iniciativa do grupo Ajudas Técnicas/Novas Tecnologias criado em 1987 no âmbito do Projecto de Distrito do Porto, constituído pelas seguintes associações e instituições oficiais:

- Associação dos Deficientes das Forças Armadas
- Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal
- Associação Portuguesa de Deficientes
- Associação Portuguesa de Surdos
- Associação Portuguesa de Ostimizados
- Associação Portuguesa de Pais para a Educação de Crianças Deficientes Autistas
- Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral
- Instituto Araújo Porto
- Centro Professor Albuquerque/Castro (Imprensa Braille)
- Instituto S. Manuel
- Centro de Reabilitação de Paralisia Cerebral
- Biblioteca Sonora da Biblioteca Pública Municipal do Porto
- Centro Regional de Segurança Social do Porto
- Administração Regional de Saúde do Porto
- Instituto do Emprego e Formação Profissional (Delegação do Norte) e
- Escola Superior de Educação do Porto.

2 — Preparação:

Em 14 de Dezembro de 1987 foi pela primeira vez perspectivada pelo grupo

Ajudas Técnicas/Novas Tecnologias a realização de uma feira que tivesse os seguintes objectivos:

- Mostrar e divulgar equipamentos de reabilitação
- Divulgar informação das ajudas técnicas existentes nos mercados nacional e internacional.

Apresentada a proposta ao SNR em 4 de Março de 1988, mereceu total concordância, tendo-se realizado algumas reuniões com técnicas daquele organismo para discutir e avaliar o referido projecto. Este e outros projectos desenvolvidos pelos grupos de trabalho do Projecto Distrito do Porto, não obtiveram avanços na sua concretização devido aos problemas operacionais surgidos com a transferência da coordenação. Esta passou do SNR para o CRSSP

Assim, em Maio de 1989 foi o projecto da Feira reactivado.

Sentindo o grupo de trabalho Ajudas Técnicas/Novas Tecnologias necessidade de colher informação sobre uma feira deste género, promoveu, com o apoio financeiro do SNR a deslocação de uma representação do grupo à EUREHA-89, que se realizou na Alemanha de 18 a 21 de Maio. Esta visita teve como resultados práticos o estabelecimento de contactos com vista a uma cooperação futura. Com o suporte da experiência colhida na EUREHA, o grupo iniciou contactos com a AIP para que a Ajutec, designação então já escolhida, se viesse a realizar na Exponor e enquadrada no plano de feiras de 1991.

Entretanto, foi o projecto da feira apresentado em Portalegre (em 29 de Setembro 1989) à dra. Cristina Louro, adjunta do Programa Helios 1, a qual se prontificou a apresentá-lo e a recolher apoios junto da Divisão de acção a favor das pessoas deficientes da Comunidade Europeia.

De 28 a 30 de Março de 1990, com o apoio da nova coordenação, realizou-se uma segunda deslocação de uma representante do grupo à SCOTTISH NAIDEX/90 conjuntamente com o então responsável pela Divisão de Feiras da Exponor, eng.º Romão Mateus, para promover a divulgação da Ajutec e recolher mais informação relacionada com a organização de uma feira de ajudas técnicas.

No decorrer da preparação da Ajutec, o grupo de trabalho efectuou reuniões periódicas com a Divisão de Feiras e com a coordenação distrital.

O grupo de trabalho reuniu-se ainda com a secretária nacional de Reabilitação para articular a

realização da feira com a exposição «Reabilitação 90/91».

3 — Contributos do grupo para a preparação da Ajutec:

O grupo de trabalho durante a preparação da Ajutec contribuiu com o seguinte:

— Recolha de informação sobre produtores e distribuidores nacionais e estrangeiros de ajudas técnicas para organização da base de dados que foi criada pela AIP.

— Listagem de jornais, boletins, revistas nacionais e estrangeiras que circulam nas instituições de e para deficientes com o objectivo de divulgar a Ajutec.

— Elaboração dos textos que se apresentaram no desdobrável da AJUTEC e na cerimónia de apresentação à Imprensa.

— Contactos personalizados com produtores de ajudas técnicas relacionadas com as instituições tendo em vista sensibilizá-los para a sua participação na feira.

— Divulgação da Ajutec junto da comunicação social.

— Distribuição de convites a técnicos com intervenção neste domínio.

4 — Realização

A Ajutec/91 abriu ao público em 6 de Dezembro, pelas 16 horas. Ocupou uma área de 3000 m² e contou com a presença de 20 expositores nacionais e 11 estrangeiros.

Foi visitada por 4212 pessoas, das quais 59 eram estrangeiras. Apresentava em exposição os seguintes produtos:

- Ajudas Técnicas para a vida diária
- Ajudas Técnicas para higiene pessoal
- Ajudas Técnicas para a comunicação
- Ajudas Técnicas para a mobilidade e acessibilidade
- Transportes e cadeiras de rodas
- Equipamentos de hidroterapia
- Fisioterapia e mecanoterapia
- Ajudas Técnicas para desporto e tempos livres
- Adaptações para habitação
- Ajudas Técnicas para a reabilitação profissional
- Próteses e ortóteses
- Ajudas médicas
- Serviços
- Publicações

- Informações
- Brinquedos e material didáctico
- Computadores.

5 — HANDYNET:

Na sequência dos contactos tidos pelo grupo de trabalho com o programa Helios, foi apresentado no dia da abertura da Ajutec pelos responsáveis do programa Handynet uma conferência que abordou os seguintes temas:

— O programa Helios e o sistema Handynet;

— Mercado aberto/livre circulação de pessoas, bens, serviços e capitais

— Cooperação no domínio da informação com organizações comerciais de ajudas técnicas na Bélgica

— Cooperação e informação dos fabricantes franceses.

6 — Conclusões:

A Ajutec/91 deve-se fundamentalmente à vontade e persistência das instituições que compõem o grupo Ajudas Técnicas/Novas Tecnologias, as quais sempre acreditaram ser possível e desejável a sua realização, nunca regateando esforços para que o objectivo fosse atingido.

Sem o suporte financeiro e organizacional da Associação Industrial Portuguesa não teria sido possível levar por diante a Ajutec, pelo que se revela o empenho posto por aquela entidade.

A realização de uma feira desta natureza na Exponor, local onde o sector empresarial está fortemente envolvido, representou um passo importante na sensibilização para a problemática da deficiência no contexto da integração socioprofissional.

Os apoios oficiais para a realização da Ajutec foram por vezes escassos. O papel do grupo de Ajudas Técnicas/Novas Tecnologias foi em algumas ocasiões ignorado e relegado para segundo plano. Apesar de tudo, os objectivos traçados por este grupo foram em parte atingidos representando a Ajutec/91 um «capital» adquirido para a realização da Ajutec/93, já agendada no plano de feiras da AIP.

Pelo Grupo de Ajudas Técnicas/Novas Tecnologias o coordenador
Abel Artur dos Santos Fortuna

Viaturas OPEL

| MOD. | PREÇO BASE | P.V.P. |
|-------------------------|---------------|---------------|
| CORSA | | |
| SW 1.0S 3P | 1 036 500\$00 | 1 389 227\$00 |
| SW 1.2NV 3P | 1 098 800\$00 | 1 560 070\$00 |
| SW 1.2NV 4P | 1 169 900\$00 | 1 643 257\$00 |
| SW 1.2NV 5P | 1 148 900\$00 | 1 618 687\$00 |
| GL 1.2NV 3P | 1 188 720\$00 | 1 665 277\$00 |
| GL 1.2NV 4P | 1 240 620\$00 | 1 726 000\$00 |
| GL 1.2NV 5P | 1 223 220\$00 | 1 705 642\$00 |
| GL 1.4NV 5P | 1 279 620\$00 | 1 917 698\$00 |
| JOY 1.4NV 3P | 1 326 620\$00 | 1 972 688\$00 |
| SW 1.5D 4P | 1 447 900\$00 | 2 199 721\$00 |
| GL 1.5TD 3P | 1 597 320\$00 | 2 374 543\$00 |
| GL 1.5TD 4P | 1 649 220\$00 | 2 435 266\$00 |
| ASTRA | | |
| GL 1.4 NZ 3P (60 CV) | 1 454 600\$00 | 2 122 425\$00 |
| GL 1.4 NZ 5P (60 CV) | 1 497 300\$00 | 2 172 384\$00 |
| GL 1.4 SE 5P (82 CV) | 1 569 100\$00 | 2 256 390\$00 |
| GL 1.4 SE 5P (82 CV) | 1 702 500\$00 | 2 412 468\$00 |
| GT 1.4 SE 3P | 1 753 800\$00 | 2 472 489\$00 |
| GT 1.4 SE 5P | 1 796 500\$00 | 2 522 448\$00 |
| GL 1.7D 5P | 1 653 200\$00 | 2 752 394\$00 |
| GLS 1.7TD 5P | 1 955 800\$00 | 3 106 436\$00 |
| GT 1.7TD 3P | 2 007 100\$00 | 3 166 457\$00 |
| GT 1.7TD 5P | 2 049 800\$00 | 3 246 293\$00 |
| GL 1.4NZ 5P (Caravan) | 1 599 900\$00 | 2 292 426\$00 |
| GLS 1.4SE 5P (Caravan) | 1 796 965\$00 | 2 522 448\$00 |
| CLUB 1.4SE 5P (Caravan) | 1 873 400\$00 | 2 612 421\$00 |
| GL 1.7D 5P (Caravan) | 1 755 800\$00 | 2 872 436\$00 |
| GLS 1.7TD 5P (Caravan) | 2 049 800\$00 | 3 216 416\$00 |
| CLUB 1.7TD 5P (Caravan) | 2 126 700\$00 | 3 306 389\$00 |
| VECTRA | | |
| GL 1.4 NV 4P | 1 828 500\$00 | 2 559 888\$00 |
| GL 1.4 NV 5P | 1 874 600\$00 | 2 613 825\$00 |
| GL 1.7D 4P | 2 185 200\$00 | 3 374 834\$00 |
| GL 1.7D 5P | 2 231 400\$00 | 3 428 888\$00 |
| GLS 1.7TD 4P (Diamond) | 2 715 500\$00 | 3 995 265\$00 |
| GLS 1.7TD 5P (Diamond) | 2 758 200\$00 | 4 045 244\$00 |

AUTOMÓVEIS FIAT

| MOD. | PREÇO BASE | P.V.P. |
|-----------------------|---------------|---------------|
| UNO 45-3P | 970 525\$00 | 1 286 764\$00 |
| UNO 45S-3P | 1 060 268\$00 | 1 391 764\$00 |
| UNO 45S-5P | 1 129 499\$00 | 1 472 764\$00 |
| UNO 60S-3P | 1 088 213\$00 | 1 477 764\$00 |
| UNO 60S-5P | 1 152 315\$00 | 1 552 764\$00 |
| UNO 60 SX | 1 256 589\$00 | 1 674 764\$00 |
| UNO DIESEL 3P | 1 231 259\$00 | 1 758 764\$00 |
| UNO TURBO DIESEL 5P | 1 603 261\$00 | 2 250 763\$00 |
| TIPO 1.1 | 1 321 546\$00 | 1 750 764\$00 |
| TIPO 1.4 | 1 420 099\$00 | 2 040 764\$00 |
| TIPO 1.7D | 1 469 404\$00 | 2 509 764\$00 |
| TEMPRA 1.4 SX | 1 673 518\$00 | 2 337 264\$00 |
| TEMPRA 1.4 (Carrinha) | 1 732 065\$00 | 2 405 764\$00 |

AUTOMÓVEIS VOLKSWAGEN

| MOD. | PREÇO BASE | P.V.P. |
|---------------------|---------------|---------------|
| GOLF CL 1.4 2 P | 1 427 078\$00 | 2 049 504\$00 |
| GOLF CL 1.4+4 P | 1 486 927\$00 | 2 119 528\$00 |
| GOLF GL 1.4 2 P | 1 699 731\$00 | 2 368 508\$00 |
| GOLF GL 1.4 4 P | 1 754 445\$00 | 2 432 524\$00 |
| GOLF GLTA 1.4 2 P | 1 811 697\$00 | 2 499 508\$00 |
| JETTA GLTA 1.4 4 P | 1 865 983\$00 | 2 563 023\$00 |
| PASSAT CLTD 1.6 | 2 802 048\$00 | 4 003 000\$00 |
| PASSAT VAR CLTD 1.6 | 3 032 818\$00 | 4 273 000\$00 |
| PASSAT GILTD 1.6 | 3 146 492\$00 | 4 406 000\$00 |
| PASSAT GILTD1.6 | 3 256 775\$00 | 4 538 225\$00 |

— Os valores acima expostos, não contemplam as despesas do despachante no desalfandegamento da viatura, excepto para a marca Opel.

Os sócios interessados nestas viaturas podem telefonar para 859 50 16 a partir das 19H30, Alberto Pinto.

Outras informações nas horas de expediente: 346 21 67/8.

ASSUNTO: Vendas de viaturas para deficientes

Documentação necessária aos deficientes civis ao abrigo do Decreto-Lei 103-A/90 de 22 de Março 1990

1 — Atestado ou declaração de incapacidade passado pela Delegação de Saúde da área: da residência.

2 — Fotocópia do B.I. e n.º de Contribuinte autenticadas pelo Notário.

3 — Fotocópia da carta de condução autenticada pelo Notário.

4 — Comprovação da liquidação ou de isenção do IRS dos últimos 3 anos ou declaração passada pelas Finanças da área da sua residência.

Documentos necessários para os deficientes das Forças Armadas ao abrigo do Decreto Lei 43/76 de 20 de Janeiro

1 — Declaração da incapacidade passada pelo ramo das Forças Armadas a que pertence

2 — Fotocópia do B.I. e n.º de Contribuinte autenticadas pelo Notário.

VENDE-SE ADAPTAÇÃO

— EMBRAIAGEM AUTOMÁTICA (p/ qualquer veículo automóvel)

— COMANDOS MANUAIS (travão e acelerador) p/ FIAT 127

Contactar: Telefone 066/25 289 (Évora)

Retrospectiva ADEFA/1991

ENCONTROS INTERNACIONAIS EM LISBOA



14.ª REUNIÃO DA CPAE/FMAC

10-12 ABRIL —
Ministros de Defesa Nacional e do Emprego e da Segurança Social presidem, respectivamente, às Sessões de Abertura e de Encerramento

ADFA na presidência da Comissão Permanente dos Assuntos Europeus

UNIÃO DOS ANTIGOS COMBATENTES DE PORTUGAL, ANGOLA, MOÇAMBIQUE E GUINÉ-BISSAU

15-16 ABRIL 91 —
Chefe de Estado, Primeiro-Ministro, general CEMQFA e Secretário de Estado da Defesa Nacional recebem as delegações dos quatro países

Analisado o trabalho já desenvolvido, perspectivam-se futuros Estatutos da União e incrementam-se acções de cooperação



SOLIDARIEDADE DE ANTIGOS COMBATENTES = AMIZADE ENTRE POVOS

ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL ELEITORAL ORDINÁRIA

CONVOCATÓRIA
Nos termos dos Art.º 28.º e 29.º dos Estatutos e das disposições do Regulamento Eleitoral, convocam-se todos os sócios para a Assembleia Geral Nacional Eleitoral Ordinária, a realizar no próximo dia 29 de Junho de 1991 (sábado), das 09 horas, às 19 horas, com vista à eleição dos Órgãos Sociais Centrais e Locais para o biênio de 1991/93.

A Assembleia Geral Nacional Eleitoral, que se desdobrará em Assembleias Gerais de Delegação simultâneas, funcionará com mesas de voto na Sede, Palácio da Independência, em Lisboa, nas instalações das Delegações e ainda nos Núcleos existentes.
A.D.F.A., 15 de Abril de 1991.
A MESA DA ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL
António Reis Santos

25 DE ABRIL DE 74/91

17 ANOS DE LIBERDADE

14 DE MAIO DE 74/91

17 ANOS DE PARTICIPAÇÃO E DIGNIDADE

Abril



SECRETÁRIO DE ESTADO DA DEFESA NACIONAL VISITA NOVA SEDE

O MDN reforça subsídio à construção, ainda para 1991, em 25 mil contos

COMISSÃO COORDENADORA DO CENTRO DE REABILITAÇÃO DE GAIA

— IEFP, ADFA e CERCIGIAIA —
TOMOU POSSE



ÓRGÃOS SOCIAIS CENTRAIS REÚNEM E ANALISAM PROJECTOS DE DINAMIZAÇÃO ASSOCIATIVA

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

UNIÃO
Dois elementos da ACLIN de Moçambique frequentam, na nossa Sede, curso de «Quadros» da Formação Profissional

FMAC
Realiza-se em Helsínquia, de 19 a 24 de Outubro, a XX Assembleia Geral da FMAC

Ago/Set

ÓRGÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

Os que viveram a experiência da guerra apelam ao diálogo, à Paz e à solidariedade!

Dinamização e participação associativas

- Em Janeiro — Órgãos Sociais Centrais e Comissões debatem e analisam vida associativa — sócios reúnem e convivem na Sede e nos Núcleos de Cascais e Alcobaca
- Em Fevereiro — Convocados o Conselho Nacional e várias Assembleias Gerais de Delegação
- Mesa da Assembleia Geral Nacional Implementa processo de «revisão estatutária»
- Pagamento de quotas: mais do que um dever, assume-o como um direito!

Janeiro

14 DE MAIO DE 74/91 — 17 ANOS DE ASSOCIATIVISMO E INTEGRAÇÃO



Convívios na Sede e no Núcleo de Alcobaca

Toma posse Conselho Directivo do Centro de Reabilitação da ADFA

CRUZ VERMELHA PORTUGUESA CELEBRA 8 DE MAIO DE 1991 COM «VÍTIMAS DE GUERRA»

ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL ELEITORAL ORDINÁRIA CONVOCATÓRIA
Nos termos dos Art.º 28.º e 29.º dos Estatutos e das disposições do Regulamento Eleitoral, convocam-se todos os sócios para a Assembleia Geral Nacional Eleitoral Ordinária, a realizar no próximo dia 29 de Junho de 1991 (sábado), das 09 horas, às 19 horas, com vista à eleição dos Órgãos Sociais Centrais e Locais para o biênio de 1991/93.

Vontade oficial no apoio à construção da nova Sede

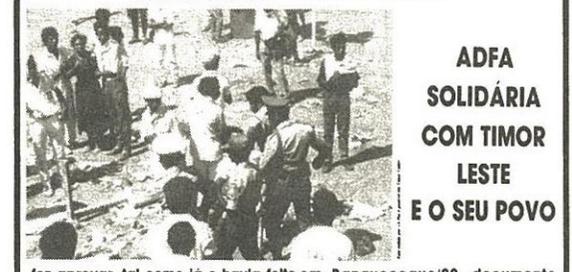
Ministério das Obras Públicas concede um primeiro subsídio de dez mil contos

Subsídios de férias e de Natal — permitida a sua acumulação pelos deficientes militares

Maio

A ADFA SAÚDA PAZ EM ANGOLA

XX ASSEMBLEIA GERAL DA FMAC HELSÍNQUIA — 20/24 OUT91



ADFA SOLIDÁRIA COM TIMOR LESTE E O SEU POVO

fez aprovar, tal como já o havia feito em Banguécoque/90, documento sobre «o respeito pelo Direito Internacional»

Tornadas também «Resoluções», as nossas propostas sobre «pensões de viúvas de guerra» e «criação e apoio às associações de vítimas de guerra e de antigos combatentes»

Outubro

VIDA ASSOCIATIVA

Reuniões/jornadas de trabalho de órgãos sociais centrais e regionais, por todo o País, aniversários do «Elo» e da delegação do Porto, festas de Natal, fazem do final do ano de 91 um período de grande dinamização e participação de todos na vida associativa

APRESENTADO PUBLICAMENTE «MONUMENTO AOS COMBATENTES DO ULTRAMAR»

MORREU O GENERAL FIRMINO MIGUEL (CEME)
A ADFA RECORDA O AMIGO

14.ª REUNIÃO DA CPAE/FMAC LISBOA/ABR91

- Ministros da Defesa Nacional e do Emprego e da Segurança Social, respectivamente na abertura e no encerramento da conferência
- Presença, como observadores, dos representantes das organizações de antigos combatentes de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau

VIDA ASSOCIATIVA

ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL ORDINÁRIA CONVOCATÓRIA
Nos termos do Art.º 28.º e 29.º dos Estatutos e das disposições do Regulamento Eleitoral, convocam-se todos os sócios para a Assembleia Geral Nacional Eleitoral Ordinária, a realizar no próximo dia 29 de Junho de 1991 (sábado), das 09 horas, às 19 horas, com vista à eleição dos Órgãos Sociais Centrais e Locais para o biênio de 1991/93.

- Reunião do Conselho Nacional — a 23FEV91
- Centro de Reabilitação da ADFA/Porto — previsto protocolo com IEFP
- Nova Sede — campanha de fundos — espera a tua participação

QUOTAS: O teu vínculo assumido para com a Associação

Fevereiro

ELEIÇÕES ASSOCIATIVAS BIÊNIO 91/93

ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL ELEITORAL ORDINÁRIA CONVOCATÓRIA
Nos termos dos Art.º 28.º e 29.º dos Estatutos e das disposições do Regulamento Eleitoral, convocam-se todos os sócios para a Assembleia Geral Nacional Eleitoral Ordinária, a realizar no próximo dia 29 de Junho de 1991 (sábado), das 09 horas, às 19 horas, com vista à eleição dos Órgãos Sociais Centrais e Locais para o biênio de 1991/93.

LISTAS E PROGRAMAS DOS ÓRGÃOS CENTRAIS E REGIONAIS VOTA! EXERCE O DEVER PRIMEIRO DO SÓCIO CONSCIENTE!

CONVÍVIOS ASSOCIATIVOS EM VILA NOVA DE FAMILIÃO, BRAGANÇA E SETÚBAL

ADFA PARTICIPA EM CONFERÊNCIA DE DEFICIENTES MILITARES E CIVIS DE BRAGANÇA

GENERAL LOUREIRO DOS SANTOS CELEBRA REDE DE DELEGACÃO DA ADFA

A ADFA SAÚDA PAZ EM ANGOLA

Junho

BASTA!

No aniversário do ELO, reafirmada a solidariedade da ADFA para com o povo de Timor-Leste

Novembro

Conselho Nacional — 23FEV91 —

Assembleia Geral Nacional Ordinária — 23MAR91 —
espelho de unidade e coesão associativas

Nova Sede
Assinado o respectivo contrato de adjudicação arranca a fase final da obra

ADFA assina, com Instituto do Emprego e Formação Profissional e CERCIGIAIA, protocolo sobre Centro de Reabilitação — realiza-se, assim, sonho da ADFA iniciado pela Delegação do Porto

ADFA saúda
a realização, em Portugal, das reuniões da Comissão Permanente dos Assuntos Europeus/FMAC e da União dos Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, em Abril

Março

ELEIÇÕES PARA OS ÓRGÃOS SOCIAIS CENTRAIS E REGIONAIS — BIÊNIO 91/93 —

Realizado a nível nacional o acto associativo eleitoral, tomaram posse, na sede, a 13 deste mês, os sócios que integram os novos órgãos

Sócios convivem, participando! Setúbal e Faro, entre outras Delegações, promovem confraternizações

NOVA SEDE — Entidades oficiais continuam a interessar-se pelo desenvolvimento da obra

ADFA presente em várias e diversificadas áreas de intervenção

CPAA/FMAC reuniu em Rabat
«Os combatentes têm o direito de esperar dos seus povos toda a solicitude e todo o reconhecimento pelos sacrifícios aceites»
HASSAN II

Julho

DIA NACIONAL DO DEFICIENTE — 9 DEZ. —
Ministro do Emprego e da Segurança Social destaca e enaltece trabalho das organizações não governamentais

AJUTEC'91
Organizações de e para pessoas deficientes, membros do Conselho Nacional de Reabilitação, responsáveis por uma realidade prometedora

Reafirmado empenho pessoal e do Ministério da Defesa para com os projectos da ADFA, na audiência concedida pelo novo titular da Secretaria de Estado da Defesa Nacional

VIDA ASSOCIATIVA

Comemorações do aniversário da Delegação do Porto, bem como festas de Natal em várias Delegações e jantar de trabalhadores da Sede, foram prova de dinamismo associativo e garantia de futuro participado

Reunião de Núcleos da Sede demonstra força local da ADFA

Grande adesão fortalece o êxito do novo sistema de cobrança de quotas

TIMOR
espinho cravado no coração e na consciência da Humanidade

Dezembro